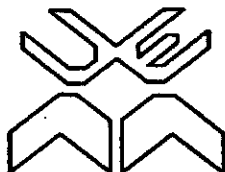


ATO. 37

2004



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

Departamento de Arqueologia e Antropologia

IGREJA E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO - A PARTICIPAÇÃO DA IGREJA
METODISTA UNIDA NO DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DE CAMBINE, DISTRITO
DE MORRUMBENE, PROVÍNCIA DE INHAMBANE (1990-2003)

“PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO APRESENTADO EM CUMPRIMENTO PARCIAL DOS
REQUISITOS EXIGIDOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE LICENCIATURA EM
ANTROPOLOGIA NA UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE”

SUPERVISOR: PROF. DOUTOR PAULO GRANJO
CO SUPERVISOR DR. ALEXANDRE MATE
DISCENTE: PAULO ALBINO MAHUMANE

U.E.M. - UFICS

N.º	4476
DATA	14 / 09 / 05
ADQUIÇÃO	oferta
GO B.A.	

SETEMBRO/2004

Visto.
Alex. A. [assinatura]
19.11.04

Declaração

Declaro que este Trabalho de Fim do Curso nunca foi apresentado, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e que ele constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

Assinatura

Paulo Albino Mahumane

Paulo Albino Mahumane

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha família, especialmente à minha mãe Neli Manjate, minha avó Laurinda Tsambe, minha tia Talita Manjate que souberam dar o devido acompanhamento e contribuição sábia nos meus estudos.

Agradecimento

Ao professor Doutor Paulo Granjo e Doutor Alexandre Mate pela sábia orientação no trabalho cujo resultado é esta dissertação.

Ao Dr. Cristiano Matsinhe que me estimulou para a escolha do presente tema e pela fundamental contribuição que deu durante a cadeira de Seminário de Pesquisa.

À minha turma de antropologia, em especial ao G-3 constituído por mim, Fernando Manjate e Romão Marapuxane que todo o apoio deram para a realização do presente trabalho.

A todos que directa ou indirectamente deram a sua contribuição para a realização do trabalho vão os meus agradecimentos.

Resumo

A limitação da liberdade religiosa no país depois da independência, impediu que Igrejas, como a Metodista Unida demonstrassem o seu potencial através de obras de apoio social e humanitário às populações, principalmente no meio rural. As Igrejas vinham desde o tempo colonial desenvolvendo para além da acção missionária, serviços sociais, particularmente nas áreas de educação, saúde.

No período referido, Moçambique é afectado por uma guerra civil que provoca uma profunda crise social, enfraquecendo ao mesmo tempo a acção interventiva do Estado. Esta situação acabou refletindo na mudança do relacionamento entre o Estado e a Igreja. Um maior espaço de acção foi aberto para esta última. Deste modo, a acção da Igreja começou a revelar-se importante no apoio humanitário às populações afectadas pela guerra e nos desastres naturais que afectaram o país.

Em 1990 com a nova constituição que dá abertura a participação da sociedade civil na luta pelo desenvolvimento do país, esta demonstrou a grande influência que tem na vida pública. Primeiro foi um actor muito importante nos Acordos de Paz que se assinaram em Roma no ano de 1992 e depois no reassentamento das populações deslocadas devido a guerra.

A Igreja tornou-se também um actor muito importante no desenvolvimento do país. Esta, principalmente no meio rural participa activamente na vida social das populações através da implementação de instituições de carácter social tais como escolas, hospitais, bem como no desenho e implementação de projectos no âmbito do desenvolvimento económico.

Numa tentativa de ilustrar este nosso posicionamento tomamos como um exemplo a missão da Igreja Metodista Unida em Moçambique, na localidade de Cambine, distrito de Morrumbene, província de Inhambane que vem desempenhando um papel de relevo no apoio social e económico à comunidade local.

Foi nossa preocupação saber o papel social desta Igreja localmente, o tipo de actividades que ela tem levado a cabo para a melhoria da vida social e económica da população.

LISTA DE ABREVIATURAS

BM	Banco Mundial
CEA	Centro dos Estudos Africanos
DINAGECA	Direcção Nacional de Geografia e Cadastro
FAEF	Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
IMUM	Igreja Metodista Unida em Moçambique
ODM's	Organizações Democráticas de Massas
ONG's	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PPI	Plano Prospectivo Indicativo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRE	Programa de Reabilitação Económica
PRES	Programa de Reabilitação Económica e Social
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INDICE

Declaração	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimento.....	iii
Resumo.....	iv

INTRODUÇÃO.....	1
-----------------	---

CAPÍTULO I

1.1 Objectivos.....	3
1.2 Justificação e Relevância do Tema.....	3
1.3 Formulação do Problema.....	5
1.4 Hipóteses.....	7
1.5 Revisão Bibliográfica.....	8
1.6 Breve Contextualização Histórica da Comunidade Rural em Moçambique.....	11

CAPÍTULO II

Enquadramento Teórico e Conceptual.....	15
2.1 Religião.....	15
2.2 Igreja.....	18
2.3 Comunidade.....	19
2.4 Pobreza.....	21
2.5 Solidariedade.....	22
2.6 Estado-Providência.....	23
2.7 Desenvolvimento.....	24
2.7.1 Desenvolvimento Comunitário.....	26
2.7.2 Participação Comunitária.....	26
2.8 Sociedade Civil.....	30

2.9 Metodologia.....	30
----------------------	----

CAPÍTULO III- A IGREJA EM MOÇAMBIQUE

3.1 Resumo Histórico.....	32
3.2 Relações Igreja-Estado após a Independência.....	35
3.3 A Igreja Metodista Unida em Moçambique.....	35

CAPÍTULO IV- RESULTADOS PRELIMINARES DA PESQUISA

4.1 Breve Caracterização do Local de Estudo.....	39
4.2 A Igreja Metodista Unida e o Desenvolvimento Comunitário.....	41

CAPÍTULO V

Conclusões.....	53
Bibliografia.....	55
Anexos	

Introdução

Pretende o presente projecto relacionar Igreja com o desenvolvimento comunitário, demonstrando que a Igreja não é um espaço social que se reserva somente a reafirmação da fé, mas também um espaço que se interessa pelos problemas e bem-estar da sociedade.

As Igrejas em Moçambique foram espaços sociais que atravessaram momentos variados desde a independência até ao momento. A constituição de 1975 declarou o Estado moçambicano laico, isto é, secular ou separado da Igreja. A laicidade do Estado foi mal interpretada pelas autoridades políticas locais a nível da base que criaram problemas e discriminaram as Igrejas. Muitas das missões que desde o tempo colonial prestavam apoio às populações e serviços sociais como a educação e a saúde foram fechadas sem nenhuma fundamentação legal.

O trabalho demonstra que durante esse período desperdiçou-se um grande parceiro social que era muito importante devido às obras de solidariedade, aos serviços nas áreas de educação, saúde e mesmo na formação moral do indivíduo ou da sociedade no geral.

Destaca também o trabalho o facto do país ter atravessado também crises como a guerra civil, calamidades naturais e que deixaram o Estado moçambicano enfraquecido começando deste modo uma relação positiva com a Igreja.

Novos parceiros deviam aparecer, e é neste contexto que com as transformações políticas que ocorreram no país a partir de 1990, a Igreja tem sido uma parte da Sociedade Civil activa no país e com uma grande influência na vida pública.

No presente trabalho estudamos concretamente a missão da Igreja Metodista Unida em Moçambique em Cambine, distrito de Morrumbene, província de Inhambane e procuramos demonstrar como uma Igreja pode ser um actor no processo de desenvolvimento local e ser também um espaço de apoio social à comunidade.

Deste modo, este projecto procura fazer uma abordagem teórica do fenómeno religioso, as suas implicações práticas e o papel que este tem na sociedade, isto é, procuramos interligar a religião com o desenvolvimento.

Em termos de estrutura, para além da introdução, o trabalho comporta cinco capítulos. No primeiro capítulo apresentamos os objectivos geral e específico do tema em estudo, debruçamo-nos também sobre a justificação e relevância do tema, formulação do problema, hipóteses, fazemos igualmente a revisão da bibliografia que consideramos pertinente para o tema e por fim fazemos uma breve contextualização histórica da comunidade rural em Moçambique.

O segundo capítulo é dedicado à discussão teórica do tema em estudo. Procuramos ainda neste capítulo desenvolver uma discussão de alguns conceitos pertinentes para o trabalho, interligando-os com a realidade moçambicana. Os conceitos são: religião, igreja, comunidade, solidariedade, Estado-providência, desenvolvimento, desenvolvimento comunitário, participação comunitária, pobreza e Sociedade Civil.

O terceiro capítulo dá-nos um breve historial da implantação das Igrejas Católica e Protestantes em Moçambique.

O quarto capítulo é reservado aos resultados preliminares da pesquisa, este procura dar-nos a contextualização daquilo que é Cambine, o papel social da Igreja Metodista no local. A análise do papel social da IMUM neste local é feita a partir dos resultados ou dos próprios dados recolhidos no campo. Finalmente no quinto capítulo apresentamos as conclusões da pesquisa.

CAPITULO I

Neste capítulo como referimos na introdução iremos nos debruçar sobre os objectivos geral e específico da pesquisa, da justificação e relevância do tema, formulação do problema, hipóteses, revisão bibliográfica e fazemos também uma breve contextualização histórica da comunidade rural em Moçambique.

1.1-Objectivos

Objectivo geral:

Demonstrar e analisar o papel social da Igreja Metodista Unida em Moçambique na localidade de Cambine, distrito de Morrumbene, província de Inhambane.

Objectivo específico:

Identificar e descrever as formas pelas quais a Igreja organiza-se localmente para apoiar a comunidade.

1.2- Justificação e relevância do tema

No período das décadas 80 e 90, muitos projectos de desenvolvimento que eram traçados para os países em via de desenvolvimento, como Moçambique, tinham no seu conteúdo a falta de uma componente de participação local no seu desenho e implementação. Mas as décadas 80 e 90 foram marcadas pela grande mudança na forma de olhar para as comunidades locais.

Segundo Luís Artur in Vijfhuizen & Cavane (2001:101), o conceito “participação local” substituiu a até então usada metodologia de transferência de conhecimentos e tecnologias. O reconhecimento de que é necessário incorporar a comunidade local no

desenvolvimento da sua região levou a que muitos dos projectos de desenvolvimento “adicionassem” nos seus projectos, a componente participação local. Luis Artur adianta ainda que após o fracasso da revolução verde nos anos 60, novos rumos para o desenvolvimento começaram a ser desenhados.

A visão de que a pobreza era eliminada pela adopção de novas tecnologias mostrou-se insuficiente e em alguns casos mostrou efeitos contrários. A experiência foi demonstrando a grande capacidade que as comunidades locais têm em moldar a sua vida quotidiana.

Abordagens participativas nas questões desenvolvimentistas em Moçambique revelam-se como algo ainda novo, mas parece já estar na moda falar de participação comunitária em qualquer projecto de desenvolvimento que se desenhe, daí que suscite ainda mais interesse ao longo desta pesquisa falar deste tema.

Pinto citado por Luís Artur in Vijfhuizen & Cavane (2001:103), refere que actualmente se assiste à uma mudança de concepções de desenvolvimento. A concepção de que o problema dos países subdesenvolvidos é sobretudo a insuficiência de recursos financeiros, pelo que a solução deve ser principalmente financeira (em vez de adopção pelos países pobres de programas de ajustamento estrutural), foi e continua sendo fortemente criticada. Devido a estas críticas, esta concepção está sendo progressivamente substituída pela concepção de que o problema dos países pobres se deve à falta de controlo dos recursos materiais, sociais e culturais por parte da população. É neste contexto que surgem modelos alternativos, que defendem que o desenvolvimento dos países pobres passa por um desenvolvimento endógeno e autónomo (self-reliance) e pelo reforço da capacidade e poder de decisão por parte da população (empowerment).

A Igreja tem sido uma parte da Sociedade Civil muito activa nos últimos anos em Moçambique. Depois de um período de retracção originada pela natureza do próprio Estado que depois da independência se declarou como de providência e laico limitou as suas actividades de assistência humanitária e apoio aos pobres, esta volta actualmente a

ter um impacto muito grande na vida pública. Esta vai ganhando um campo de actuação num país que atravessa crises variadas e que necessita de intervenção de vários actores.

Moçambique apresenta níveis de pobreza muito alarmantes e abaixo da decência humana e a situação é mais agravada quando se fala das zonas rurais. De acordo com a Comissão Europeia (2004:6), Moçambique continua a ser um dos países mais pobres do mundo, com um PIB per capita de 210 dólares. Em 1996-1997, 69,4% da população vivia abaixo da linha da pobreza. Adianta ainda que 75% da população vive em zonas rurais, tendo como principal fonte de rendimento a agricultura de subsistência. As suas possibilidades estão actualmente restringidas não apenas pela falta de acesso aos mercados, mas também pela falta de acesso ao crédito rural e a tecnologias adequadas. (Ibd.:7)

É concretamente nas áreas rurais que devido ao nível de pobreza que se apresenta, parecem inválidos os esforços e a luta para a erradicação desta miséria.

As Igrejas e outras organizações não governamentais com ou sem a coordenação das estruturas governamentais têm sido fundamentais do ponto de vista humanitário, através de diversas obras sociais em benefício dos pobres e dos desfavorecidos principalmente nas áreas rurais. A Igreja afigura-se como uma entidade que se identifica com os pobres, porque esta assiste materialmente e moralmente os carentes, apoia as populações pobres, alia o seu projecto de evangelização investindo nos próprios cristãos e na própria comunidade em que está inserida.

No presente trabalho escolhemos a localidade de Cambine, distrito de Morrumbene, província de Inhambane para a testagem das nossas hipóteses.

1.3- Formulação do problema

As transformações políticas e económicas que decorreram na Europa do leste nos finais da década de 80, aliadas a queda do muro de Berlim e o desmoronamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), tiveram influências directas nos países ligados ao bloco socialista, como era o caso de Moçambique.

Desde estes acontecimentos, importa ressaltar que as transformações políticas e económicas aceleraram em Moçambique. Como forma de obter credibilidade nos novos credores do bloco ocidental, o país adopta a partir do ano de 1990 uma nova constituição que dá abertura a participação de outras forças na luta pelo desenvolvimento do país a margem do Estado.

É neste contexto que várias organizações da Sociedade Civil no país dentre as quais a Igreja passam a ter uma voz e se tornam parte integrante no processo de desenvolvimento.

É também dentro deste quadro de abertura que os programas de desenvolvimento passam a ser monitorados a nível local.

O novo cenário de abertura no país permitiu que projectos de desenvolvimento fossem abordados a nível comunitário ou contextualizado, enfatizando deste modo a participação da própria comunidade na resolução dos seus problemas. A propósito desta questão Ballerstaedt citado por Valá (2002:1), acentua que o contexto dos anos 90 viu na participação uma saída à instabilidade democrática, aos governos autoritários e a deterioração das condições de vida da população.

Dentro da mesma linha Iraê Lundin in Mazula (2002:118), afirma que o novo cenário de abertura na Sociedade Civil vem quebrar uma prática de participação cívica que existia somente através de canais partidários com as chamadas organizações democráticas de massas (ODMs).

Moçambique como a maioria dos outros países da África sub-sahariana apresenta uma estrutura económica muito frágil, um Estado também fraco e sem capacidade de dar resposta aos variados problemas que o país atravessa e estas organizações, que surgem devido a esta abertura têm a sua razão de ser no cenário nacional ao surgirem pela necessidade dos cidadãos em complementarem o papel do Estado fundamentalmente no processo de reconstrução nacional, no incremento da cultura cívica e de reconciliação e

na promoção do desenvolvimento e bem-estar social. As organizações da Sociedade Civil¹ são de carácter laico ao lado das confissões religiosas de carácter evangélico e humanitário.

A Igreja tem sido nos últimos anos uma componente reconhecida da Sociedade Civil para a resolução e participação em problemas considerados do país, é o caso do envolvimento desta no processo de pacificação e posterior reconstrução nacional.

Em Moçambique há mais evidência de que diversas agências voluntárias e um número cada vez maior de Igrejas cristãs têm aumentado substancialmente os esforços na área de serviços sociais e de desenvolvimento em relação às camadas pobres e desfavorecidas. Este é o caso da Igreja Metodista Unida em Moçambique (IMUM), na localidade de Cambine, distrito de Morrumbene, província de Inhambane.

De acordo com estes pressupostos formulamos a seguinte pergunta de partida: *em que medida a Igreja pode ser um actor de desenvolvimento local através da sua vertente de acção e assistência social ?*

1.4- Hipóteses:

- As instituições religiosas devido a sua participação na vida comunitária, através das obras de solidariedade, serviços sociais são cruciais no processo de desenvolvimento comunitário,
- As Igrejas, na sua vertente de evangelização, primam também pelas acção e assistência social lutando deste modo no combate à pobreza,

¹ Em Moçambique organizações de Sociedade Civil começam a proliferar desde o fim da década de 1990, elas são de carácter profissional, industrial e camponesa entre outras. A lei 8/91 de 18 de Julho que reza no seu preâmbulo que o direito à livre associação constitui uma garantia básica de realização pessoal dos indivíduos na vida em Sociedade favoreceu o seu crescimento no país. Em 1999 o directório da Link documentava 788 ONG's a funcionarem no país e em 2002 já se registavam 813 organizações.

- O novo cenário de abertura para a participação da Sociedade Civil que ocorreu nos anos 90 abriu a Igreja um espaço propício para o fortalecimento das suas obras de solidariedade no país, com destaque nas comunidades rurais.

1.5- Revisão bibliográfica

Autores que interligam o fenómeno religioso com aspectos desenvolvimentistas são poucos, constituindo deste modo um desafio esta abordagem para nós.

Alguns autores chegam até a apresentar fenómenos religiosos como inibindo o desenvolvimento porque estes transmitem uma mensagem ou ideologia que leva as sociedades a conformarem-se do estado de pobreza que se encontram. Pode falar-se do sistema de castas na Índia, que impediu que a economia desenvolvesse no mesmo sentido do que a da Europa.

Weber (1996), na sua obra sobre a ética protestante e o espírito do capitalismo demonstra como é que as crenças religiosas e o comportamento das massas têm uma relação de causa e efeito na sociedade. Segundo ele o comportamento económico tem a ver com certas concepções religiosas. Adianta ainda ao longo da sua obra que o capitalismo moderno está ligado ao protestantismo, e que a influência da ética religiosa sobre a organização económica tem de ser principalmente considerada de um tipo específico, que deve ser da sua relação com o progresso ou atraso do racionalismo que domina hoje em dia a vida económica do ocidente.

Bourdillon (1991), na sua obra *religion and society* demonstra também que a religião pode influenciar o desenvolvimento sócio-económico de várias maneiras e adianta que crenças religiosas controladas por aqueles no poder convencem as pessoas de que devem trabalhar mais para o bem estar da comunidade do que para eles próprios. Para este autor, diferentes sistemas religiosos de crença podem promover o desenvolvimento social e económico. Eles podem também retardar ou impedir qualquer mudança.

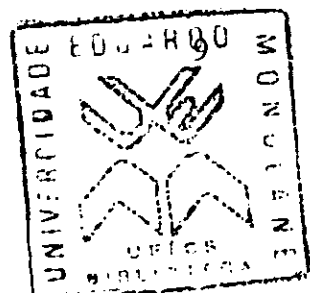
Mas existem também autores que fazem uma aproximação do campo da religião com as suas práticas no tocante ao combate da pobreza.

Burity (s/d) na sua obra que fala das redes sociais e o lugar da religião no enfrentamento da pobreza embora aborde o contexto brasileiro demonstra que, durante os anos 90, houve uma aceitação e mesmo estímulo à contribuição da acção conduzida por grupos religiosos. Os grupos religiosos foram ganhando espaço devido a nova conjuntura política e económica que se introduziu a partir dos anos 90. É neste contexto que há uma redefinição da fronteira entre o Estado e a sociedade, onde há mais compromissos, oportunidades e desafios para a acção social à margem ou em colaboração com a acção estatal. Segundo Burity as mudanças estruturais impuseram a Sociedade Civil o ónus de se redefinir para assumir funções de provisão e protecção social deixadas pelo Estado.

Haynes (1996), na sua obra sobre Religião e política em África, no capítulo que fala da Igreja e desenvolvimento, diz que as ONG's internacionais sempre trabalharam de perto com as Igrejas em África. E diz, que como já foi notado há uma longa tradição de envolvimento das Igrejas cristãs na Educação, saúde e programas de alfabetização que começaram no período colonial.

Haynes fala também do surgimento no terceiro mundo de novo tipo de religiões cristãs, as chamadas Igrejas independentistas ou pentecostais que são resultado dos efeitos da modernização, urbanização e de um Estado centralizado. Estes grupos religiosos como sistemas de crença e como formas de organização da comunidade são importantes porque oferecem solidariedade que é muito importante em tempos de sérios transtornos e crises sociais.

Ana (1985:89), na sua obra "Igreja dos Pobres" afirma que o escândalo da pobreza no mundo de hoje desafia a Igreja e exige respostas além das simples declarações de princípios e das reafirmações da fé. Se a causa dos pobres não for o centro de atenção da Igreja no domínio social, e se a luta pela justiça não a preocupar nem afectar profundamente, de que maneira a congregação local poderá esperar a presença e a



participação dos pobres em sua vida? Os grupos cristãos só poderão avançar no envolvimento social se se comprometerem concretamente com os pobres com todas as suas consequências de ordem política, social e económica.

De referir que esta abordagem é referida por outras Igrejas cristãs, de destacar na *"teologia da libertação"* Católica.

Outro aspecto da vida das Igrejas em nossa época segundo Ana (1985:26), é o envolvimento cada vez maior de certos sectores na luta em favor da libertação e contra a injustiça. Nesta perspectiva, segundo ele, entende-se, então que a condição prevalecente dos pobres não pode ser resolvida apenas por meio de caridade. É bastante provável que ainda as Igrejas tenham que manter em muitos casos de extrema penúria certas atitudes caritativas, mas o carácter mesmo da pobreza estrutural exige que suas raízes sejam enfrentados por métodos adequados ao nível estrutural. *"Os factores geradores de privação e os que impedem a satisfação das necessidades humanas básicas, devem ser enfrentados no nível de suas causas e não no nível dos efeitos"*.

A Igreja como parte da sociedade não está livre dos antagonismos deste mundo, ela não é neutra aos problemas sociais que afectam a sociedade.

Acrescenta ainda Ana (Ibd.:72), que: "uma das características da religiosidade africana e uma boa parte da religiosidade da América Latina é a sua íntima conexão com as práticas comunitárias bastante concretas como a colheita, a pesca, a caça, a guerra, a escolha dos chefes, etc. Não se cultuam algumas relíquias separadas dos aspectos materiais da vida, mas bem ao contrário, têm força e sentido essas práticas porque estão no centro de interesses vitais da existência da comunidade. Foi o Cristianismo ocidental que substituiu essas marcas de materialidade, solidariedade comunitária, participação prática, uso do senso comum. A maioria das organizações missionárias substituíram esse modelo por uma religião ética e abstracta, ressaltaram o indivíduo (salvação como opção pessoal), separaram a Igreja da sociedade, retiraram os crentes de suas verdadeiras comunidades e por fim afastaram os membros da Igreja das lutas de seu povo".

É necessário salientar que outros grupos cristãos não chegaram a rejeitar completamente os valores populares e permitiram que se expressassem em seu próprio mundo de tal modo que acabaram servindo ao seu projecto religioso.

1.6- Breve contextualização histórica da comunidade rural em Moçambique

Um aspecto a salientar sobre as comunidades rurais em Moçambique é a sua acentuada pobreza. A pobreza tem muitas faces e ela é muito mais do que baixo rendimento. Segundo a PNUD (2000:17), a pobreza em Moçambique é multifacetada e suas causas podem ser encontradas no passado, com uma variedade de factores históricos. Um conjunto de determinantes chave que caracteriza a pobreza em Moçambique foi distinguido e inclui baixas taxas de crescimento durante todo o início da década de 1990, níveis de educação pobres, altas taxas de dependência de famílias, baixa produtividade agrícola, particularmente no pequeno sector familiar, falta de oportunidades de emprego, limitação das infraestruturas, particularmente nas áreas rurais.

As estratégias traçadas para o desenvolvimento de Moçambique também jogaram um papel para a actual situação de pobreza que caracteriza Moçambique e particularmente as comunidades rurais.

No período colonial, o Estado traçou uma política que impunha que Moçambique juntamente com outras colónias portuguesas servissem de fonte de alimentação às indústrias da metrópole. Neste contexto produtos agrários moçambicanos eram importados pela indústria portuguesa com muito baixas contrapartidas para o campesinato moçambicano. Esta estratégia agudizou a pauperização das comunidades rurais no país.

Foi exactamente com a crise mundial dos anos de 1929 –1934, que o regime colonial intensificou a exploração nas zonas rurais. A penetração administrativa na esfera de produção do campesinato moçambicano aumentou consideravelmente, devido,

especialmente, à maior agressividade na cobrança dos impostos e a expansão da cultura do algodão. Segundo Chilundo *et al* (1993:49-50), a produção camponesa foi cada vez mais incorporada na estrutura sócio-económica colonial. O mesmo autor adianta ainda que para milhares de produtores moçambicanos, a queda ou desvalorização dos seus produtos significou a redução das disponibilidades de dinheiro. Diminuiu, por outro lado, a possibilidade de encontrar emprego nas plantações, numa altura em que os administradores eram cada vez mais eficientes e exigentes na cobrança dos impostos.

Hanlon (1997:125), afirma que actualmente o campesinato está descapitalizado. As áreas rurais na sua perspectiva foram descapitalizadas no tempo colonial e a guerra piorou mais a situação. Quase todo o gado de Moçambique foi abatido durante a guerra. A maior parte dos camponeses foi obrigada a fugir pelo menos uma vez, nos passados 15 anos e na fuga perdeu bens domésticos e sementes. Acrescenta ainda, que este campesinato não tem reservas alimentares e tem poucas alfaias.

Com a conquista da independência em 1975, o país adopta o modelo de desenvolvimento socialista que implicava a socialização rural em Moçambique. De salientar que as comunidades rurais foram aglomeradas em aldeias comunais como forma de aumentar a produção acelerando deste modo o desenvolvimento e reconstrução nacional. Mas este modelo implantado de colectivização do campo demonstrou ineficácia, por um lado devido aos custos que o próprio modelo acarretava, dado que era um plano muito ambicioso e por outro lado as comunidades não se adaptavam a lógica do habitat colectivo, isto é, mesmo numa situação de vida colectiva a lógica do habitat disperso predominava, a guerra também intensificou-se e o mundo rural moçambicano entrou em crise, a fome, as calamidades naturais instalaram-se.

Segundo Yanez-Casal (1988:67-68) a criação das aldeias comunais e a integração dos camponeses em formas colectivas de trabalho fez-se por via política e administrativa. O sector familiar que era a componente principal da base económica das aldeias e contribuía para as exportações era sistematicamente marginalizado ou obstaculizado através de mecanismos interpostos a favor da economia planificada-socializante,

agravando a situação de crise alimentar que desde 1977-78 vinha pairando sobre as áreas rurais.

Foi sobretudo no quarto congresso da Frelimo que se reconheceu que o sector rural camponês dispunha duma grande margem de manobra, de autonomia e de resistência, face a todas tentativas de integração e de enquadramento que o Estado/partido vinha desenvolvendo. (Yanez-Casal, 1988:75)

Na mesma linha Chambers (1995:113) diz que os estudos de caso mostram que os pobres das zonas rurais são no geral resistentes, trabalhadores, engenhosos e possuem grande poder de recuperação e afirma ainda que têm que o ser para lutarem contra 5 desvantagens interligadas que os prendem na armadilha da penúria: a própria pobreza, a fraqueza física, o isolamento, a vulnerabilidade e a impotência.

Outro aspecto que teve um impacto directo na vida do campesinato moçambicano foi a introdução ainda na fase socialista do Plano Prospectivo Indicativo (PPI) de 10 anos, que foi adoptado em 1980. A fase do mercado livre começou com a liberalização em 1985, passou para o Programa de Reabilitação Económica em 1987 com a sua mistura de crescimento e reajustamento e avançou para a fase neoliberal do Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES) em 1990. Hanlon (1997:121), afirma que grosso modo, o período de 1977-82 pode ser chamado a fase do PPI ou do planeamento central e de 1990 para cá, a fase do PRES ou da estabilização. O PPI pretendia crescimento acelerado baseado no planeamento central e a chave para o desenvolvimento rápido eram as modernas empresas estatais tendo a produção mais do que o lucro, como objectivo. O PRES pretendia reajustar e estabilizar a economia através dum apertado controlo macro-económico, mercados livres, privatização e desvalorização da moeda. Os gastos do governo e a regulamentação são reduzidos ao mínimo e a economia é deixada nas mãos do sector privado.

Ambos planos falharam e a pauperização do campesinato continua a persistir.

Hanlon (1997:84), adianta ainda que as rápidas mudanças de 1986/87 trouxeram um crescente aumento na importação de bens de consumo e matérias primas, mas a liberalização do comércio e aceitação dos mercados informais estimularam a produção e o comércio. Mas as súbitas desvalorizações do metical combinadas com massivos aumentos dos preços fixos, fizeram subir em flecha o custo de vida. Depois de um ano de PRE, o valor do salário mínimo tinha descido de 52 dólares por mês para 23 dólares. Por volta de 1988 metade da população urbana e um terço da população rural era “absolutamente pobre”-definido como o nível de rendimento numa casa onde ou “o crescimento defeituoso das crianças é muito comum” ou onde a alimentação básica fornecendo dois terços das calorias necessárias leva mais de metade do rendimento.

Moçambique é prejudicado também pelo facto das suas infra-estruturas só funcionarem parcialmente-um sistema rodoviário em mau estado, ligações ferroviárias deterioradas.

Roesch (1992:18-19), nesse aspecto afirma: “a tentativa para estimular o aumento da produção agrícola, especialmente no sector camponês, é ainda mais prejudicado por uma rede de infra-estruturas historicamente fracas e por um serviço de extensão agrícola muito pouco desenvolvida. A falta de estradas, pontes, lojas, armazéns e meios de transporte constitui grande empecilho para a actividade comercial e para o crescimento económico, dificuldade essa que é grandemente exacerbada pela enorme destruição causada a este já de si magro dispositivo infraestrutural pela guerra. O serviço de extensão agrícola de Moçambique é também carente, relativamente pequeno, sem apoio técnico e material e orientado primariamente para certas áreas agrícolas prioritárias seleccionadas e territorialmente limitadas”.

O Estado tem um papel muito fundamental a desempenhar para que o sector camponês se fortifique e tenha acesso aos mercados. Isto passa por conceder crédito rural a este, protecção através da lei para que não seja desfavorecido pela concorrência. Abertura de infra-estruturas degradadas para o escoamento da sua produção.

CAPÍTULO II

Enquadramento Teórico e Conceptual

No presente trabalho como fizemos referência nos capítulos anteriores, procuramos entender o papel social da religião, as suas implicações práticas na sociedade. Procura-se até certo ponto a relação que as crenças religiosas podem ter com comportamentos solidários. Está-se a falar portanto daquilo que está por detrás da assistência e acção social protagonizada pela Igreja em várias esferas sociais. Apresenta-se a seguir algumas abordagens teóricas do fenómeno religioso e alguns conceitos que dão mais substância ao trabalho.

2.1 Religião

A religião segundo Baloi in Mazula (1995:502), é produtora de visões de mundo. Da experiência religiosa desenvolvem-se formas de pensamento, sentimento, acção e relação, adianta ainda o autor.

A Antropologia aplicada à religião se estabelece como diz Dupront in Ferraroti (1990:100) como conhecimento do homem religioso, bem como a análise dos mecanismos mentais e comportamentais que presidem ao acto religioso seja ele individual ou colectivo.

O que interessa à antropologia segundo Ferraroti (1990:101), é a pretensão da religião de se colocar como lugar de doação de significado à totalidade do real e a consequente estruturação de sistemas simbólicos (mitico-rituais) através dos quais se efectua a doação do significado.

O'Dea (1966:16), diz que a religião através de sua referência a um além, e por suas crenças referentes à relação do homem com esse além, dá uma interpretação supra-empírica de uma realidade total mais ampla. Adianta ainda que a maioria das religiões tem um aspecto saliente de apresentarem ritual e liturgia, o que permite que os homens entrem em contacto com Deus, deuses ou outras forças sagradas e que apresentem respostas e sentimentos existentes em tais relações.

Malinowski in O'Dea (1966:20), diz que a religião é resposta humana, é criada em situações que envolvem frustração e privações decorrentes de contigência, impotência e escassez. Corporifica-se em formas sociais que permitem ao Homem enfrentar a infelicidade e ajustar-se a esta. É o único meio de ajustamento ao profundo mistério que em todas as épocas cerca o pequeno círculo do conhecimento humano.

Por sua vez Durkheim (1989:53), afirma que a ideia de religião é inseparável do mundo das crenças e dos ritos. Segundo Durkheim antropólogos como Frazer não souberam reconhecer o carácter profundamente religioso das crenças e ritos, nos quais já vemos germe inicial da vida religiosa na humanidade. Adianta ainda que uma noção que geralmente é considerada como característica de tudo que é religioso é a noção de sobrenatural. Com este termo entende-se toda a ordem das coisas que vai além do alcance do nosso entendimento, o sobrenatural é o mundo do mistério, do incognoscível, do incompreensível. A religião seria, assim uma espécie de especulação sobre tudo aquilo que escapa à ciência e, mais geralmente ao pensamento distinto.(Ibid.:54-55)

Todas as crenças religiosas conhecidas, sejam elas simples ou complexas, apresentam um mesmo carácter comum: supõem uma classificação das coisas reais ou ideais, que os homens representam em duas classes ou em dois géneros opostos, designados geralmente por dois termos distintos traduzidos relativamente bem, pelas palavras *profano e sagrado*. (Ibid. :.68)

Na hierarquia dos seres, as coisas sagradas são facilmente consideradas como superiores em dignidade e em poder às coisas profanas e particularmente ao homem, quando este não é senão homem e não tem por si mesmo nada de sagrado.(Ibid :69)

As crenças religiosas são representações que exprimem a natureza das coisas sagradas e as relações que essas mantêm entre si e com as coisas profanas. Enfim os ritos são regras de comportamento que prescrevem como o homem se deve comportar com as coisas sagradas. Quando certo número de coisas sagradas mantêm entre si relações de

coordenação e de subordinação de maneira a formar sistema com unidade, que entretanto não entra em nenhum outro sistema do mesmo género, o conjunto das crenças e dos ritos correspondentes constitui religião. (Durkheim, 1989:72)

Durkheim (Ibd.:79), propõe a seguinte definição da religião: “um sistema solidário de crenças seguites e de práticas relativas a coisas sagradas, ou seja, separadas, crenças e práticas que unem a mesma comunidade moral chamada Igreja, todos os que a ela aderem”.

O’Dea in Ferraroti (1990:65-66), distinguiu as seguintes funções sociais da religião:

a) Sustentáculo, consolação e reconciliação

Segundo esta função a religião responde a incertezas, desilusões e a necessidade de reentrar no social após o afastamento das suas normas. O homem alcança apoio, a consolação e reconciliação através da invocação de um além;

b) Controle social

A religião sacraliza as normas e valores sociais, mantém o domínio e os objectivos dos grupos em relação aos desejos individuais e colectivos;

c) Profética

Nesta função a religião apresenta valores e normas opostas às características dominantes de uma dada sociedade, por isso dá lugar a expressões proféticas de protesto, as normas institucionalizadas podem ser criticamente examinadas e consideradas como insuficientes;

d) Identidade

Através desta função, o Homem na sua relação transcendental aceita os valores e crenças existentes na religião permitindo que cada indivíduo se autodefine e compreende quem é, isto é, consegue perceber a si mesmo;

e) *Coesão*

A religião mantém a sociedade e preserva-a diante dos homens, através do valor que tem para estes, provoca sua reverência. Dá ao crente impressões de bem estar e dependência (sentimentos de solidariedade que unem os membros).

Os ritos e formas religiosas desempenham duas funções sociológicas:

a) *Integradora*

O grupo integra-se, une-se, através de rituais de culto (cânticos, orações, confissões e credos) que visam expressar e encorajar a solidariedade dos que são guiados e inspirados por experiência religiosa e espiritual.

b) *Desintegradora*

A religião pode também ter a função desintegradora, ser uma causa de tensão e conflito (individual ou colectivo) um obstáculo para melhor adaptação e reorganização socialmente necessárias. A religião pode apoiar a sociedade ao consolar os injustiçados, mas pelo mesmo processo pode inibir o ajustamento e mudanças necessárias e provocar graves problemas funcionais.

Segundo Bourdillon (1991:18), para identificarmos as funções sociais da religião, precisamos primeiro de distinguir as funções manifestas e latentes, porque muitas das funções da religião estão no domínio do latente.

2.2 Igreja

O'Dea (1966:95), diz que a melhor maneira de entender a história da Igreja cristã é pensar em duas tendências contraditórias, mas complementares: compromisso com o mundo e rejeição do mundo—acomodação e protesto contra a acomodação. Adianta ainda que o conflito e a complementaridade de compromisso e rejeição com relação aos valores gerais e às instituições da sociedade, se exprimem em três formas sociológicas significativas. O compromisso ou acomodação corporificam-se na Igreja que tende a

aceitar, pelo menos selectivamente, a cultura secular e a reconciliar-se de uma forma ou de outra com as instituições da sociedade.

Por sua vez Durkheim (1989), explicita que a ideia da religião é inseparável da ideia da Igreja. É inseparável porque a Igreja é constituída por crentes ou uma comunidade que se sente ligada pelo simples facto de terem uma fé comum.

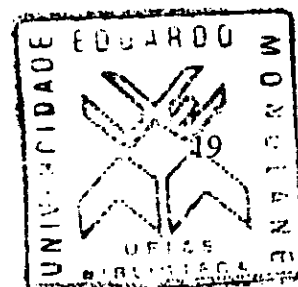
Durkheim (Ibd:75-76), define a Igreja como “uma comunidade moral ou sociedade cujos membros estão unidos pelo facto de conceber da mesma maneira, o mundo sagrado e suas relações com o mundo profano, e de traduzir essa concepção comum em práticas comuns.”

Segundo Baloi in Mazula (1995:503)), organizações do tipo “Igreja” em Moçambique, entendidas sociologicamente representam as formas mais institucionalizadas de organização religiosa. Mas adianta ainda que não são todas que se autodesignam como tal, mas sim aquelas congregações estáveis, que apresentam um razoável grau de especialização, e que por isso dispõem de um corpo estável de fiéis, sacerdotes e doutrinas, que se transmitem de geração em geração. Elas tendem a ter um impacto muito grande na vida pública e desenvolvem a sua acção social no âmbito da sociedade civil.

2.3 Comunidade

Este conceito tem-se revelado controverso no seio das ciências sociais, devido à falta de consensualidade entre os cientistas quanto à sua natureza. Mas muitos autores concordam que a comunidade tem um *locus* territorial específico, geralmente limitado.

Quando se fala de comunidade rural segundo a perspectiva de Redfield in O'Neill (1988:1331), fala-se de algo bem delimitado, pequeno, homogéneo, fechado, consensual e onde reina a harmonia. Depois destes escritos de Redfield tem se feito uma distinção categórica entre a comunidade e sociedade, considerando-se a sociedade algo mais desenvolvido, mais amplo e heterogéneo que a comunidade.



O'Neill (Ibd:1347), afirma que a verificação da estratificação social nas comunidades rurais foi vigorosamente negada por grande parte da tradição culturalista e neofuncionalista constituída a partir dos escritos de Redfield. Na prática a estratificação social existe.

Para Homero (1978:108), a comunidade é o primeiro grupo social que manifesta uma certa auto-suficiência. A comunidade é rural mercê de uma prolongada e contínua interação homem-natureza em que se criou um ambiente essencialmente caracterizado por uma paisagem humanizada pela actividade agrícola e pecuária.

O sociólogo José Artur Rios considera a comunidade como: "um grupo humano vivendo em área geográfica contígua, possuindo as mesmas tradições, os mesmos interesses e a consciência de participação em ideias e valores comuns. É a comunidade sobretudo, a comunicação entre pessoas e que seu limite é a impossibilidade dos participantes se conhecerem e trocarem mútuas experiências". (Rios, in Neto & Garcia, 1987:9)

As comunidades podem ser *espaciais* ou *funcionais*. As espaciais são aquelas que se constituem principalmente pela contiguidade espacial em que vivem os membros (um bairro, um povoado rural são comunidades desse tipo). As funcionais se constituem principalmente pela participação numa função comum, por exemplo o trabalho. (Ibd.:10)

As comunidades espaciais rurais em Moçambique são muito heterogéneas, partindo do norte para o sul do país, daí a necessidade de se contextualizar para se chegar às especificidades de cada comunidade particular. Mas as comunidades rurais em Moçambique têm um aspecto comum que os caracteriza, que é o nível elevado de pobreza.

Por isso, sempre que se fala dos problemas de desenvolvimento no nosso país, é imprescindível que se fale da pobreza acentuada no mundo rural moçambicano.

Apresentamos a seguir algumas perspectivas teóricas sobre a pobreza.

2.4 Pobreza

Bernstein *et al* (1995:13), salienta que o Relatório do Banco Mundial (BM) de 1990 sobre o Desenvolvimento Humano deu enfoque a pobreza. Usando a “linha de pobreza” de rendimento anual per capita de 370 dólares para medida e comparação internacional, o relatório estimou que na metade dos anos 80, 1116 milhões de pessoas em países menos desenvolvidos viviam na pobreza, cerca de um terço da população mundial. Usando a medida de rendimento mais baixo de 275 dólares por ano, 680 milhões de pessoas ou 18% da população dos países menos desenvolvidos estavam extremamente abaixo desta linha de pobreza. Em termos de números absolutos, a pobreza global concentra-se em 3 maiores regiões: África Sub-Sahariana, Este e Sul da Ásia. Para o Este e Sul da China reflecte-se pelo tamanho da sua população total, com o peso da China e Índia.

O que é Pobreza?

O Relatório do Desenvolvimento Humano de 1990, define a pobreza como a incapacidade de se conseguir um padrão mínimo de vida medido em termos de consumo básico necessário ou rendimento requerido para satisfazê-lo. A linha de pobreza é baseada na despesa necessária para comprar um padrão mínimo de nutrição e outras necessidades. Esta despesa varia entre países, portanto linha específica de pobreza de cada país tem que ser construído. (Bernstein *et al*, 1995:13)

Em Moçambique, segundo o PNUD (2000:16), a pobreza definida pelo governo como a incapacidade dos indivíduos em assegurar para si e seus dependentes as condições mínimas básicas para a sobrevivência está difundida em todo o país. Cerca de 69,4% da população vive abaixo da linha da pobreza (0.40 dólares por dia). A incidência da pobreza é maior nas áreas rurais (71,3%) onde vive 79,7 % da população sendo o índice da pobreza urbana estimada em 62%.

O mesmo relatório do PNUD (Ibd.:17), quanto ao perfil da pobreza em Moçambique ilustrou a sua heterogeneidade em todo o país e demonstrou o seguinte:

- ✓ O pobre tende a viver em famílias extensas, tem mais crianças em idade menor e consequentemente tem mais dependência,
- ✓ Há uma forte relação inversa entre educação, níveis de pobreza e entre mulheres, particularmente nas áreas rurais,
- ✓ A feminização da pobreza não é notória, mas os níveis baixos de educação das mulheres e suas ligações com vários indicadores de pobreza são evidentes,
- ✓ Nas áreas rurais tanto as famílias pobres e não pobres têm acesso limitado aos serviços básicos, onde a crónica malnutrição é difundida,
- ✓ Embora terrenos arráveis tendam ser razoavelmente uniformes em áreas rurais, famílias pobres tendem a ter baixa contribuição e têm acesso limitado aos esquemas de irrigação,
- ✓ O trabalho assalariado é mais comum nas áreas urbanas, a pobreza parece estar mais associada com níveis de salário e número de dependentes que o emprego em si,
- ✓ Há diferenças significativas no acesso aos serviços sociais básicos entre famílias urbanas e rurais, contudo a variação entre pobre e não pobre é desprezível.

2.5 Solidariedade

Santos (1998:34), afirma que existe a solidariedade nacional e a solidariedade local.

A solidariedade local identifica-se com parentes, vizinhos nas redes sociais: são grupos multiformes que manifestam vários interesses culturais, religiosos, políticos, económicos, sociais, etc, e precisam do Estado para a sua protecção, segurança, bem estar.

A solidariedade nacional é aquela exercida pelo Estado providência e impõe à sociedade uma tributação e retribui um bem estar, segurança e justiça social.

No nosso país tivemos até ao ano de 1987 um Estado que se apregoava como de providência e este era o regulador, planificador de toda a vida nacional, não permitindo a

existência de grupos ou organizações que pusessem em causa a sua autonomia. Mas devido às crises que Moçambique passou aliadas à guerra civil, às calamidades naturais que o assolaram e à pressão que o país teve como forma de ter novos aliados e credores do ocidente, este começa a ceder perante as suas posições e é neste contexto que surgem outras organizações a exercerem ou a providenciar a solidariedade a níveis contextualizados ou localizados. É o caso das Igrejas, ONG's e outras instituições privadas. Este conceito permite-nos entender em que medida a Igreja num contexto local se organiza para prestar obras de solidariedade.

2.6 Estado-providência

Entende-se por Estado-providência, aquele que por via de políticas sociais ajuda quem precisa, mediante contribuições dos próprios impostos pagos por todos. Este Estado só funciona com uma certa estabilidade económica e níveis mais altos de emprego. Segundo Santos (1992:93-4), esquematicamente podem distinguir-se 2 principais formas de Estado de providência que sucederam na maioria dos países ocidentais: o Estado protector e o Estado redistributivo.

O Estado protector desenvolveu-se a partir do século XIX e consolidou-se nos anos 30 do século XX. Este visa limitar os custos sociais do mercado e garantir uma certa segurança face aos mais importantes riscos económicos (desemprego, doença, velhice, etc.).

O Estado redistributivo foi desenvolvido nos anos 60 e 70 e procura reduzir as desigualdades económicas, sociais e a exclusão social. Tanto o Estado protector como redistributivo entraram em crise nas décadas dos anos 70 e 80, devido à globalização dos mercados.

Moçambique, após ter conquistado a independência, declarou-se também como um Estado-providência. Mas o país atravessou depois várias crises adversas aliadas à guerra civil, crise económica e à dependência externa que tornaram o país vulnerável a influências externas. Países ocidentais, com os quais Moçambique pretendia ou tinha

relações pressionaram-no e condicionaram a ajuda ao país com a mudança do sistema político vigente.

Incapacitado de prover o bem estar social e serviços básicos (água, electricidade, saneamento do meio, saúde, educação) à maioria dos seus cidadãos, o Estado acaba por colocar uma parte da responsabilidade pela gestão social nas mãos da chamada Sociedade Civil, como são os casos de associações de diferentes tipos, organizações não governamentais (ONG'S), Igrejas, organizações e redes de solidariedade primária (Cruz e Silva, 2002: 64-65)

Deixa no entanto o Estado moçambicano de ser regulador e planificador da vida do país e permite o envolvimento de outras organizações como a Igreja na vida das comunidades a destacar nas áreas rurais que a sua influência é mais notória.

2.7 Desenvolvimento

Este termo suscita um debate no seio das ciências sociais devido a sua ambiguidade. Tem sido utilizado num sentido exclusivamente económico, argumentando-se que a estrutura económica é por si mesma um índice dos outros factores sociais.

Segundo Mair (1984:1), no seu significado básico desenvolvimento refere-se “a um processo, e em contextos contemporâneos o processo é um movimento para uma condição que algumas das nações do mundo são supostas de terem atingido. Aquelas que ainda não alcançaram é habitual serem chamados de subdesenvolvidos”. Adianta Mair que as nações ricas estão em maior parte no hemisfério norte, e são aqueles que por ignorar da geografia são chamados de Ocidente. Aquelas no sul que ganharam a distinção dos ricos, foram colonizados e dominados pelos migrantes do norte. Desenvolvimento envolve duma maneira ou outra, as relações entre as nações ricas e aquelas aos quais às vezes preferimos eufemismos da palavra “ pobre”.

Ferreira e Garcia in Neto & Garcia (1987:13), afirmam que actualmente chega a ser obsessiva a atenção prioritária que o mundo inteiro presta ao desenvolvimento económico, muitas vezes em detrimento do progresso simultâneo e harmónico da vida espiritual, cultural e social do ser humano. Para estes, desenvolvimento trata-se de um método não reversível de mudança social, gerado por factores internos de crescimento económico. Não se deve contudo confundir simples crescimento com desenvolvimento .

Desenvolvimento implica “mudança qualitativa mais que quantitativa, é mudança social mais que económica”, adiantam estes autores. De facto a realidade tem demonstrado que muitas comunidades e sociedades do chamado 3º mundo experimentam progressos a níveis técnico, social, cultural que tem sido negligenciados.

Valá (1998:22), sustenta que a realidade tem demonstrado, ao longo dos tempos, que não existem fórmulas miraculosas nem receitas universalmente aplicáveis para resolver os problemas de desenvolvimento. Cada geração (e cada país) tem a responsabilidade de identificar e adoptar as fórmulas apropriadas às suas realidades específicas.

A comissão sul in Valá (1998:3), por sua vez advoga que o crescimento económico rápido e sustentado é que é indispensável para o desenvolvimento. A fome, a doença e a ignorância não podem ser vencidas se a produção de bens e serviços não crescer significativamente. O crescimento económico medido em termos de PNB não é sinónimo de desenvolvimento.

A fundação Dag Hammarskjold in Valá (Idem), propõe a seguinte definição: “desenvolvimento é um todo, é um processo cultural integrado carregado de valores, engloba o ambiente natural as relações sociais, a educação, a produção, o consumo, o bem estar. O desenvolvimento é endógeno: surge somente a partir do foro interior de cada sociedade definindo de forma soberana a sua visão ou o seu projecto, contando inicialmente com as suas forças e cooperando com as sociedades que partilham os seus problemas e as suas aspirações.”

2.7.1 Desenvolvimento Comunitário

Souza, citado por Valá (2002:4), afirma que desenvolvimento é um processo global, que pode ser pensado e implementado tanto numa pequena comunidade, como numa nação como um todo. O desenvolvimento comunitário, para além do factor crescimento económico, contempla o progresso tecnológico e institucional, controlado e dirigido pela população, a serviço dessa população e para o seu bem estar.

O desenvolvimento comunitário pressupõe um conjunto planejado de acções, contemplando as várias dimensões das necessidades vitais de uma população.

De Barros, in Neto & Garcia (1987: 15), diz que a ONU considera desenvolvimento da comunidade como um conjunto de processos através do qual os esforços do povo se unem aos do governo, visando elevar as condições de vida das comunidades nos seus vários aspectos de actividades.

O desenvolvimento comunitário é inseparável da ideia de participação do grupo alvo nos programas do próprio desenvolvimento para se garantir a sustentabilidade.

2.7.2 Participação Comunitária

O aumento da pobreza ao nível mundial e a incapacidade de combatê-la com intervenções directivas tem tido como corolário a procura de metodologias que possam habilitar os desfavorecidos a participar na tomada de decisões, ou seja, na procura e implementação de soluções para os seus problemas. (Valá, 2002: 1)

Luis Artur in Vijfhuizen & Cavane (2001:102), afirma que o uso de abordagens participativas em Moçambique é algo ainda bastante novo e o conceito participação local é um conceito bastante vasto. Adianta ainda que o conceito "participação comunitária" como tal, provavelmente é pouco conhecido por maior parte da população rural, mas os habitantes locais têm seus próprios conceitos para ajuda mútua, cooperação e envolvimento em actividades comunitárias. Tradicionalmente em muitos países de África, é habitual que, no início das campanhas agrícolas, as pessoas planifiquem

conjuntamente o trabalho de preparação das machambas e usem sistemas de ajuda mútua para que não tenham atrasos no cumprimento do calendário agrícola, e este sistema vigora ainda em Moçambique.

Pijnenburg in Vijfhuizen & Cavane (Ibd.:104), afirma que no início dos anos 70 a palavra "participativo" foi introduzida na discussão para a concepção de programas e modelos de desenvolvimento, como um instrumento para melhorar a eficiência e a eficácia dos mesmos e nos últimos anos como garante de sustentabilidade. Actualmente a abordagem participativa tornou-se muito popular, o que pode ser provado pelo crescente número de publicações acerca desta abordagem e o seu amplo uso no planeamento e pesquisas de desenvolvimento.

Este processo tem sido muito fulcral nos últimos anos na agenda ou nas modas desenvolvimentistas por se considerar muito indispensável no processo de desenvolvimento.

Pretty *et al*, citado por Valá (2002: 6), identifica sete tipos de participação a destacar:

- ✓ *Participação passiva*- Quando a população é informada sobre o projecto e os objectivos do mesmo.
- ✓ *Participação como fornecimento de informações*- A população limita-se apenas a responder as questões colocadas pelos oficiais do projecto.
- ✓ *Participação consultiva*- Em que a população é consultada sobre questões relevantes para o projecto, para depois através das respostas dadas o projecto definir os principais problemas da comunidade e procurar soluções.
- ✓ *Participação por incentivos materiais*- onde a população apenas participa enquanto puder adquirir recursos materiais fornecidos pelo projecto, muitas vezes parando com as actividades até então desenvolvidas quando o projecto termina.
- ✓ *Participação funcional*- Em que há uma certa participação da população sob orientação dos facilitadores do projecto, principalmente no sentido de formação de grupos de trabalho.

- ✓ *Participação interactiva*- O grupo alvo participa na tomada de decisões sobre as acções a serem desenvolvidas pelo projecto.
- ✓ *Auto-mobilização*- A população organiza-se internamente e desenvolve iniciativas para o seu desenvolvimento com colaboração de instituições externas, e mantém o controlo sobre o processo.

Por sua vez Oakley in Vijfhuizen & Cavane (2001:104), usa uma forma de diferenciação que distingue a *participação como meio e participação como fim*.

- ✓ *A participação como meio* – é aquela que é usada para conseguir certos objectivos pré-definidos; neste caso a participação é como um pequeno exercício. A população local é mobilizada, é directamente envolvida nas actividades, mas a participação evapora-se logo que as actividades são completadas.
- ✓ *A participação como fim*- é um conceito completamente diferente, nele a participação é considerada como um processo que se desdobra todo o tempo e cujo o propósito é desenvolver e alargar as capacidades da população rural. Como um processo não tem objectivos pré- determinados ou direccionados, é uma forma activa e dinâmica de participação que capacita a população rural a jogar um papel crescente nas actividades.

Loforte in Valá (2002:6), define *participação* como um processo em que os actores sociais com diferentes poderes e recursos actuam em instâncias formais e informais para discutir os seus interesses, identificar e negociar conflitos e desenvolver acções que tomam em consideração os interesses e as preocupações das partes envolvidas.

A participação comunitária tem sido cada vez mais aceite como parte indispensável do processo de desenvolvimento. Segundo Valá (2002:2), a participação comunitária é dado como um mecanismo para promover o desenvolvimento rural.

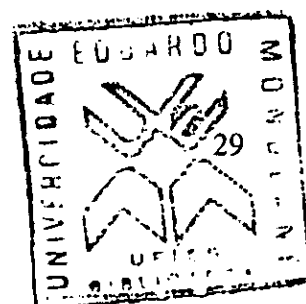
Valá (1988:1), dá-nos a seguinte definição sobre participação comunitária: “processo segundo o qual os membros de uma determinada comunidade participam de forma activa e organizada na identificação e análise dos seus problemas, busca de soluções alternativas, mobilização de recursos e realização de intervenções de desenvolvimento. É um processo educativo no qual os participantes (as comunidades) aumentam os seus conhecimentos e compreensão dos vários factores que lhes afectam, melhorando qualitativamente a sua intervenção na resolução de assuntos que lhes dizem respeito em função dos seus interesses e aspirações”.

Aliado à participação existe a ideia de *empowerment*, que consiste na concessão de plenos poderes às comunidades e em capacitá-los de modo a evidenciarem o seu próprio potencial.

Segundo Nici Nelson & Susan Wright in Vijfhuizen & Cavane (2001:104-105), para que isso seja possível é necessário considerar o contexto social, cultural, administrativo e político da comunidade, porque as oportunidades e obstáculos existentes numa comunidade se encontram misturados neste contexto.

Lane in Vijfhuizen & Eunice Cavane (Idem), define *empowerment* como a habilidade dos indivíduos influenciarem todas as decisões tomadas a todos os níveis e todas esferas que afectam suas vidas, suas capacidades e iniciativas que visam melhorar a sua qualidade de vida. Para o *empowerment*, segundo o mesmo autor, a participação deve ser voluntária e deve incluir a habilidade para mudar o ambiente existente.

Os conceitos de participação e *empowerment* são aqui incluídos para melhor se perceber como é que uma comunidade pode mover-se a participar em alguma actividade. A participação da comunidade numa determinada actividade é movida muitas vezes pelas expectativas que tem. Neste caso concreto está-se a falar duma instituição religiosa que consegue aglutinar a comunidade para acções de bem-estar colectivo.



2.8 Sociedade Civil

Em qualquer parte do mundo uma Sociedade Civil vigorosa, forte tem-se constituído como uma força importante na luta pelo desenvolvimento ou do bem estar da sociedade.

Em Moçambique, organizações da Sociedade Civil começam a proliferar depois da nova constituição que o país adopta a partir de 1990.

Iraê Lundin in Mazula (2002:116-117), afirma que a Sociedade Civil é um conceito algo vago que deve ser contextualizado no tempo e no espaço. Salienta ainda que esta não é homogénea e nem fala com uma só voz. Ela está dividida em interesses próprios consoante os indivíduos e grupos que se juntam por uma causa comum, mas têm como denominador comum o facto de não abrigar os actores sociais do Estado. Olhando para a Sociedade Civil em Moçambique, assim como para o movimento associativo e sua relação com a governação, constata-se que desde 1989 o país tem mostrado um crescimento no número de associações sócio-profissionais e não governamentais. São grupos de cidadãos que se juntam para trabalhar para atingir certos fins e, ao lado das acções do Estado, alcançar o desenvolvimento do país.

Dahrendorf (1995:29), define Sociedade Civil “ como as associações em que vivemos a nossa vida que devem a própria existência mais às nossas necessidades e às nossas iniciativas do que ao Estado. A Sociedade Civil vai desde aos clubes desportivos, partidos políticos até Igrejas e Universidades, são os locais onde trabalhamos e vivemos, as empresas, comunidades locais e também a família”.

2.9 Metodologia

Para a elaboração do presente trabalho de pesquisa baseámo-nos numa revisão bibliográfica que incidiu em obras que fazem uma relação da religião e desenvolvimento, e daquelas que abordam a participação comunitária e a sua importância nas abordagens actuais sobre o desenvolvimento.

Para o trabalho temos como marco inicial o ano de 1990, porque este é o ano em que ocorrem em Moçambique transformações políticas e económicas que permitem que

grupos à margem do Estado participem no processo de desenvolvimento e reconstrução nacional, dos quais figuram também a Igreja. É também a partir deste período que as abordagens participativas ganham campo e são vistas como alternativas para o desenvolvimento comunitário. O ano de 2003 é referência terminal por uma questão metodológica, embora reconheçamos que projectos e actividades desta Igreja continuem até ao momento e com impacto na vida das pessoas.

Realizou-se também o trabalho de campo, na localidade de Cambine, distrito de Morrumbene, província de Inhambane no mês de Abril de 2003, onde o enfoque foi para a missão da Igreja Metodista Unida em Moçambique (IMUM) e também para um quarteirão que se localiza nas proximidades da própria missão. Procuramos ter o ponto de vista tanto da comunidade religiosa e não religiosa sobre a promoção do desenvolvimento local por esta Igreja.

A escolha da missão da IMUM nesta localidade deveu-se ao facto desta se inserir no grupo daquelas que continuaram com as suas obras humanitárias e serviços sociais depois do cenário de abertura política que se verifica nos anos 90, constituindo assim um local adequado para a testagem das hipóteses traçadas no presente trabalho. O facto também de ser membro desta Igreja influenciou para a escolha deste local, mas pensamos não ter interferido este facto nos resultados porque fomos ao local já conscientes deste constrangimento.

Uma revisão da literatura existente e entrevistas preliminares com informadores chaves da localidade de Cambine, permitiram-nos construir um quadro geral daquilo que é Cambine e o papel social da IMUM no local.

Usamos a técnica de observação directa, com limitações ditadas pelo tempo disponível e constrangimentos financeiros, complementada por entrevistas a 30 elementos que fazem parte da comunidade religiosa e não religiosa. As entrevistas desenvolvidas foram semi-estruturadas como forma de deixar o entrevistado mencionar ou destacar aspectos que *a priori*;podiam não ser importantes para a pesquisa.

CAPÍTULO III

Neste capítulo faremos um breve historial sobre a implantação da Igrejas Católica e protestantes em Moçambique. Abordaremos também os principais problemas e desafios que estas confissões religiosas enfrentaram até ao presente momento.

3.1 Resumo Histórico

A primeira Igreja a ser instalada em Moçambique foi a católica. Esta, segundo Marrime (2002:23), uma esquadra portuguesa composta de quatro navios sob o comando de Vasco da Gama desembarcou na actual cidade de Inhambane a 11 de Janeiro de 1498. Marrime salienta que foi na “fronteira Ilha, antes chamada de São Jorge e, mais tarde, de Goa que em 11 de Março de 1498 foi celebrada a primeira missa em território moçambicano, debaixo de um arvoredado muito alto”. Esta data assinala o primeiro contacto formal da Igreja Católica com Moçambique.

Como pontos de apoio à navegação regular para a Índia, os portugueses estabeleceram feitorias em Sofala em 1505 e na Ilha de Moçambique em 1507, nas quais estabeleceram capelanias juridicamente dependentes do Grão-Priorado de Tomar, sede da ordem de Cristo, adjudicatária dos Descobrimentos, para assistir espiritualmente aos viajantes e aos escassos funcionários cívicos aí residentes. Embora a sua acção de evangelização não fosse dirigida aos nativos, foi então que surgiu o primeiro baptizado moçambicano, em 1505 ou 1506, na pessoa de “Pedro, Negro que se tornou cristão. (Ibd.:25)

O mesmo autor adianta que foi em 1560, com a chegada a Inhambane dos padres Gonçalo da Silveira e André Fernandes, Jesuítas, que se inicia a penetração missionária no interior de Moçambique, algures em Inhambane, em terras de Inharrime e Zavala tendo, pouco depois, o padre Gonçalo da Silveira subido ao Zambeze, a caminho de Sena e de Tete.

Já no período de instalação do governo colonial em Moçambique no século XIX a Igreja Católica instalou-se com mais força e abriu missões onde se leccionava o ensino

primário. Mas nos finais do século XIX outros grupos cristãos incluindo Metodistas, Anglicanos chegaram. Todas elas enriqueceram a comunidade cristã com as suas contribuições multifacetadas. (Sengulane & Gonçalves in Assefa & Wachira, 1996:194)

Segundo Baloi in Mazula (1995:507), em Moçambique actualmente existem registadas quase trezentas denominações religiosas protestantes. De um lado tem-se um grupo não homogéneo basicamente constituído pelas ramificações protestantes historicamente relacionadas, directa ou indirectamente, ao movimento reformista dos séculos XVI-XVIII e do outro tem-se o grupo das Igrejas independentes.² O movimento protestante ganha espaço a partir das disputas teológicas com os católicos no período de reforma (Cruz e Silva, 2002: 61)

Em Moçambique as Igrejas protestantes começam a penetrar depois da Conferência de Berlim, porque foi a partir deste período que os Portugueses passaram a tolerar a sua presença no país, mas estas não eram vistas com agrado.

Chamango (1982:6-7), afirma que com a Conferência de Berlim foi dada a liberdade religiosa e de culto de quaisquer missões instaladas ou a instalar no continente africano. A partir desta altura as missões protestantes começaram a ter uma relativa liberdade (relativa porque nunca lhe foi dado uma plena liberdade de acção em Moçambique).

De realçar que a relação conflituosa entre o movimento protestante e as autoridades coloniais em Moçambique se devia ao facto deste movimento trabalhar directamente com os nativos, prestava serviços sociais como a educação, saúde. Portanto, a legislação colonial criou medidas restritivas que criaram constrangimentos para a sua expansão no país porque elas eram consideradas como fazendo política.

²Balói in Mazula (1995:508), afirma que a designação "Igrejas independentes" merece uma explicação, e diz que esta é uma expressão que surgiu no contexto africano para distinguir as Igrejas oriundas de missões de organizações cristãs da Europa ou América daquelas que nasceram em África sem o mesmo tipo de *umbrela* institucional. Sua marca característica é a associação estável das práticas cristãs com aspectos da religião tradicional africana. Em Moçambique, via de regra, este grupo é constituído por um grande número de pequenas comunidades sem ligação institucional umas com as outras. A maior parte deste grupo é representado pelas comunidades do Sião (Zione)

Em 1940, no período de Salazar é assinado entre o Estado português e o Vaticano, a Concordata e o acordo Missionário. Este acordo consagrava o papel da Igreja Católica e da sua doutrina como a grande força inspiradora e justificadora do regime colonial. O acordo missionário seria depois regulamentado pelo *Estatuto Missionário*, em 1941.

Segundo Chilundo *et al* (1999:118), a Igreja Católica ligada aos objectivos sócio-políticos do Estado português, foi investida de grande autoridade, iniciando a partir de 1940/41, uma agressiva campanha de expansão, concorrendo em condições altamente favoráveis com as Igrejas protestantes.

De realçar que o regime colonial português transferiu a responsabilidade do ensino rudimentar oficial para a Igreja Católica.

Muitas das missões protestantes fecharam e a Igreja Católica expandiu-se ainda mais. As missões protestantes tinham um grande impacto na vida das populações, daí que a limitação das suas actividades fosse necessária, para que não estimulassem nas populações uma consciência política.

Segundo Cruz e Silva (1992:21), as Igrejas e missões protestantes em Moçambique estimularam a criação de condições básicas para o desenvolvimento de uma consciência política. Discriminadas pelo Estado colonial, elas criaram um espaço para uma reflexão e crítica ao próprio colonialismo. São de destacar neste processo: a ideologia por elas transmitida, a sua preocupação em dar uma educação evangélica e formal a diversos níveis, a formação de líderes para a direcção evangélica e para o projecto de africanização das Igrejas. Os seus métodos de ensino, permitiram uma formação ampla, do ponto de vista cultural e profissional com conhecimento de organização e liderança.

De destacar que foi na missão Suíça que um dos fundadores principais da NESAM e fundador da FRELIMO, Eduardo Mondlane frequentou os seus estudos secundários.

3.2 Relações Igreja- Estado após a independência

Após a conquista da independência, Moçambique adoptou uma via marxista-leninista e esta trouxe muitas dificuldades à vida da Igreja. O Estado nacionalizou as instituições sociais pertencentes à Igreja tais como as Escolas, internatos e hospitais, muitas instituições destinadas ao culto foram ilegalmente ocupadas. Muitos missionários foram expulsos, perturbando-se deste modo a liberdade religiosa. O diálogo entre a Igreja e o governo tornou-se impossível .

Mas após a revolução, segundo Ferreira (1993:17), a Igreja em Moçambique, não recusou nenhum dos desafios que a sociedade lhe colocou, ela inspirou-se nas mudanças politico-sociais e teve outras orientações na sua caminhada. Internamente a Igreja reuniu forças, cresceu na entreatajuda, na partilha, na capacidade de serviço gratuito, na participação e corresponsabilidade dos seus membros, no espírito de comunhão e família.

Segundo Adam (1996:6), a relação da Igreja e do Estado depois da independência divide-se em três períodos: O primeiro período vai até 1980-82, onde o Estado moçambicano tenta submeter as instituições religiosas ao seu poder. Aquelas que não queriam nem um pouco se submeter ao Estado foram deportados como é o caso dos Testemunhas de Jeová. Neste período a religião em Moçambique foi vítima de ataques que a descreditaram. Mas devido à situação económica, à guerra civil e à sua vontade de virar para o mundo ocidental como forma de obter novos credores, o Estado moçambicano foi obrigado a baixar a sua pressão sobre as Igrejas.

De acordo com Ferreira (1987:44), no ano de 1982, a direcção do partido FRELIMO reúne com representantes de confissões religiosas existentes em Moçambique para o estudo conjunto dos seus problemas específicos e para melhor enquadrar a sua participação na vida nacional. É então acordado que “ a devoção pela sua fé nunca pode estar em contradição com o orgulho pela sua pátria” e que as Igrejas desempenham um papel importante na formação ética dos crentes, cabendo-lhes o papel de promoverem a unidade nacional, o desenvolvimento do amor pela pátria, o combate ao racismo, ao tribalismo e ao regionalismo.

O Estado via as vantagens no suporte que as Igrejas podiam oferecer ao próprio Estado, na cooptação de acordos com organizações financeiras humanitárias ligados as Igrejas. É neste período que o Papa João Paulo II concorda em vir a Moçambique em 1988, concordando o Estado em devolver em princípio todos os bens nacionalizados a Igreja católica. (Adam, 1996:6)

O terceiro período começa com o multipartidarismo e a abertura social que reina no país desde os finais de 1989 e com os Acordos de Paz em 1992. O multipartidarismo e a abertura social permitiram que Igrejas voltassem abertamente ao seu papel social e assim reganhar força. Segundo este autor, a paz permitiu que as Igrejas protestantes se lançassem para o norte do país, e ainda mais para os distritos do norte para continuar e consolidar o que tinha sido começado depois da independência principalmente nas cidades. As instituições abriam Igrejas, as organizações humanitárias religiosas apoiam os necessitados no seu restabelecimento. (Idem)

3.3 A Igreja Metodista Unida em Moçambique

A história desta Igreja no país vem desde o século passado. A sua história não se difere muito das outras Igrejas protestantes que aqui em Moçambique se implantaram.

Segundo Cruz e Silva (1992:23), esta Igreja estabeleceu-se no sul do país em 1890, com sede em Cambine na província de Inhambane e com actividades em Chicuque. Inicialmente esta denominava-se Igreja episcopal.

Um dos grandes empreendimentos que a IMUM teve após a sua instalação segundo Helgesson (1994:137), foi a criação em 1910 duma Escola com internato para rapazes em Cambine. A escola teve a designação de *Bodine*.³ Em Chicuque, na baía de Inhambane

³ Helgesson afirma que o nome de Bodine foi em homenagem ao senhor George I. Bodine dos EUA, que fez uma doação generosa para a educação de rapazes em África. Adianta ainda que quando esta Escola foi aberta, cinquenta rapazes dos grupos metodistas em toda a região foram seleccionados para serem os primeiros estudantes, e houve um grande rigozijo quando ela abriu no início do mês de Março de 1910.

foi também aberta uma Escola com um internato para raparigas, que teve a designação de *Hartzell⁴ school* que foi de grande importância na educação das raparigas em Inhambane. Estas escolas quando em 1941 a Igreja Católica foi dado o monopólio de organizar a educação rudimentar nas zonas rurais, cresceram rapidamente em importância devido ao seu trabalho directo com as comunidades.

Helgesson (1994.:278) refere-se também ao crescimento da importância dos trabalhos médicos oferecidos pelas missões protestantes. Adianta, que este serviço num tempo de teste depois de 1940 favoreceu a causa protestante. Grandes multidões na metade do sul de Moçambique procurou hospitais de missões protestantes para a sua assistência. O hospital Metodista estava em Chicuque. O número de tratamento neste e noutros hospitais cresceu e número de mulheres africanas com capacitação para enfermeira também cresceu. Elas tornaram-se indispensáveis para as pessoas que estavam em volta e afastadas do hospital através da ajuda e conselhos médicos que davam.

Com a africanização⁵ da Igreja a partir do ano de 1964, o empenho pela educação formal e informal, geral, profissional, religiosa para o desenvolvimento do povo em geral continuou. As escolas continuaram em Chicuque com os ensinamentos profissional e primário. Em Cambine com o ensino primário, ciclo preparatório do ensino secundário, cursos profissionais, cursos bíblico e teológico. Em Lourenço Marques teve um estabelecimento do ensino secundário. Com a Igreja presbiteriana fez e pôs a funcionar um lar para estudantes secundários e universitários, o Khovolar. (IMUM, 1990:120-121)

Em 1975, depois do Estado moçambicano se ter declarado como laico, a Igreja experimentou algumas dificuldades mas as suas actividades não pararam. No tocante a saúde ela depois de ter reavido as suas infra-estruturas que haviam sido nacionalizadas, assina um acordo de cooperação com o Ministério da saúde para a reabilitação do hospital rural de Chicuque e o centro de saúde de Cambine. Em cooperação com a Igreja presbiteriana criou-se em Chicuque o centro de formação de enfermeiros.(Idem)

⁴ Joseph Hartzell foi o segundo bispo da Igreja Metodista Episcopal em Moçambique, de 1896 à 1916.

⁵ Africanização da Igreja refere-se a passagem ou a mudança de administração por parte dos missionários para os africanos. Neste caso particular, a IMUM passou a partir de 1964 a ter um novo bispo moçambicano.

O hospital rural de Chicuque e o centro de saúde de Cambine têm realizado actividades com vista a melhoria da saúde comunitária através da sua parte preventiva e curativa. Na parte preventiva a Igreja forma quadros rurais de saúde, educa as comunidades a prevenir-se de certas doenças, dá seminários ou cursos de educação sanitária, primeiros socorros, etc. (IMUM, 1990:126-127)

Actualmente a Igreja Metodista Unida em Moçambique (IMUM) encontra-se instalada em quase todo o país, mas ela encontra mais expressão na zona sul do país, com mais incidência na província de Inhambane e com mais projectos de desenvolvimento nesta província. Mas tem projectos denominados água viva, construção de Escolas que actuam em muitas das províncias do país. Este último projecto já construiu uma Escola Secundária na província de Tete, uma na província de Maputo e é dentro deste projecto que tem uma organização denominada ALFALIT⁶ (Alfabetização e Literatura), que actua na alfabetização no meio rural. O projecto de construção de escolas no âmbito das cheias que ocorreram no ano 2000 alargou o seu leque de serviços passando a construir casas para alojar os desalojados. Isto verificou-se inicialmente na província de Sofala em Chibabava.

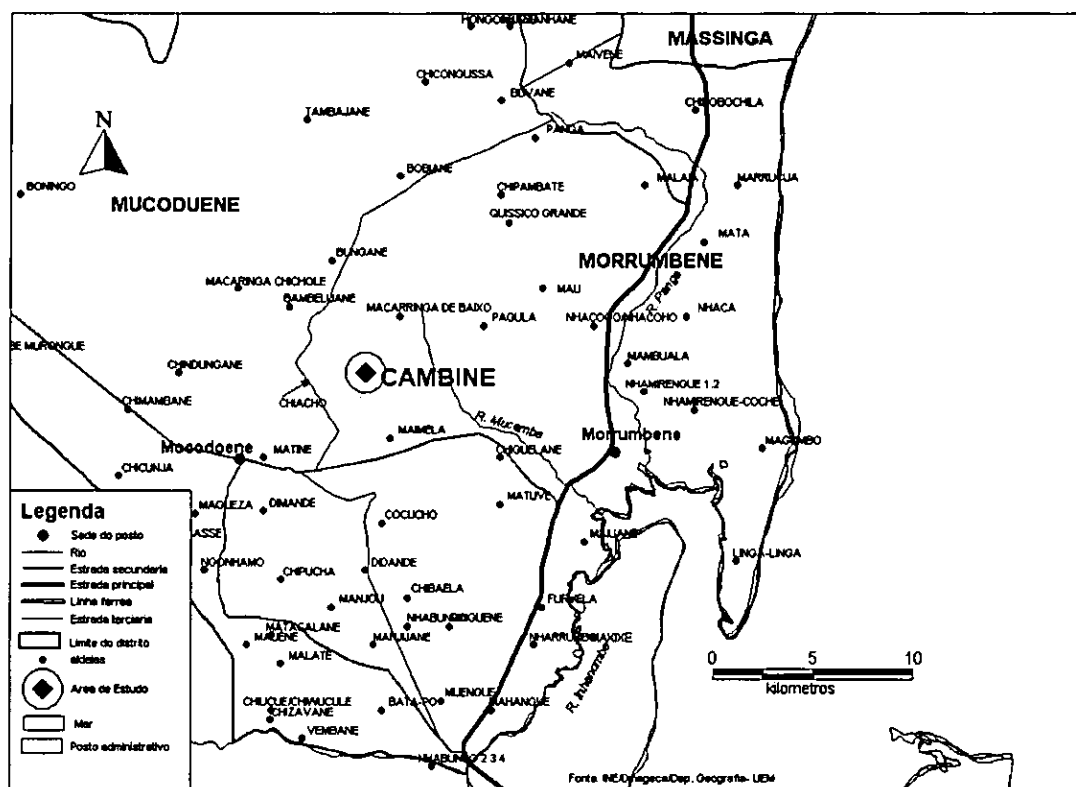
⁶ Vide na página 49 mais pormenores sobre ALFALIT

CAPÍTULO IV : Resultados Preliminares da Pesquisa

4.1 Breve caracterização do local de estudo

Cambine é uma localidade que fica situada no centro do distrito de Morrumbene, província de Inhambane, a cerca de 30 kms da cidade de Maxixe. Esta localidade ocupa uma superfície de 4.440 km². Segundo os dados do livro do censo estatístico da Direção Nacional de Geografia e Cadastro (DINAGECA), até 2001 a localidade de Cambine tinha 24.718 habitantes.

A localidade é composta por duas povoações. Quissico Grande, com 4 povoados ou círculos, nomeadamente: Quissico grande, Chipambe, Bobiane e Pacule. O povoado de Cambine com 8 povoações: Buvane, Chiguelane, Ocuxa, Maimela, Bambeluane, Macaringa de Baixo e alto e Bungane. Faz limite a Sul com a localidade sede do distrito de Morrumbene, a norte faz limite com a localidade de Guitite, com a localidade de Mocoduene a Este e a Oeste com a localidade de Malaia.⁷



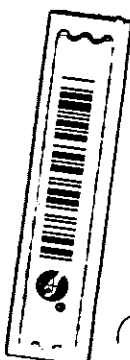
Fonte: INE/DINAGECA/ Departamento de Geografia-UEM

⁷ Dados fornecidos pelo secretário da localidade no dia 26/04/2003

Kisy (1910:16-23), afirma que a comunidade de Cambine na era colonial tinha um sistema de produção, formado na base clânica linhageira. Afirma ainda que o grupo dominante era conhecido por "Mukhambi" ou "Magarimane". A comunidade vivia na base da agricultura de subsistência.

O secretário da localidade afirmou na entrevista que nos concedeu que a tribo Mukhambi era dominante. No período colonial, o poder político e administrativo estava organizado em sistema de regulado, que compreendia Cabo, Enduna e Enganacana. O régulo era representante legal da administração colonial, estava revestido de todos poderes administrativos. Prestava contas ao Administrador do Conselho, ou circunscrição do Conselho, actuais Distritos⁸.

Depois da Independência, o novo regime político implantou um novo sistema de organização social. No domínio económico foi estabelecido a socialização do campo. De acordo com esta estratégia, as políticas de desenvolvimento rural que se implantaram na localidade de Cambine, centraram-se na criação de aldeias comunais e no estabelecimento de cooperativas agrícolas e de consumo, por exemplo a aldeia comunal de Malaia e a cooperativa de consumo da povoação de Gotite.



○ No concernente aos recursos minerais, tem-se explorado nesta localidade pedra que é usada na construção de muitos edifícios lá existentes. Cambine é uma área essencialmente agrícola e a maioria dos seus habitantes são camponeses que se dedicam às actividades agro-pecuárias. Os principais produtos agrícolas produzidos e comercializados nesta localidade são o coco, castanha de cajú, citrinos, cereais e hortícolas.

Nas zonas baixas cultiváveis nas margens dos riachos e rios, pratica-se a criação de diversas espécies de animais domésticos, com destaque para o gado bovino, suíno, caprino e aves.

⁸ Secretário da localidade de Cambine 26/04/2003

Nos riachos tem-se praticado a actividade pesqueira à escala artesanal, que tem abastecido a população local de peixe.

4.2 A Igreja Metodista e o desenvolvimento comunitário

Facto constatado nas nossas observações e confirmado pelos entrevistados é que Cambine é uma localidade que tem uma influência religiosa muito grande. Proliferam neste local inúmeras Igrejas evangélicas, mas segundo o secretário local a mais influente é a IMUM porque é detentora duma missão extensa que contém no seu interior instituições de ensino geral, de artes e ofícios, hospital e projectos agrícolas de benefício da população local sem distinção da sua confissão religiosa.⁹

É com este conjunto de propriedades que esta Igreja a nível local promove e proporciona o bem-estar aos habitantes desta área. As entrevistas efectuadas mostram até certo ponto que as Igrejas nas áreas rurais são meios que ocupam um lugar de destaque em termos de luta contra a pobreza. Cambine como as outras áreas rurais não foge a regra, apresenta uma taxa elevada de analfabetismo, população carente que depende dos seus produtos agrícolas e quando as catastrofes naturais actuam, como as cheias que se verificaram no ano 2000, as crises acentuam-se e o apoio humanitário é necessário. Constatamos pelas entrevistas que a Igreja localmente tem sido de importância particular neste aspecto.

O que se verifica nesta localidade é que a Igreja busca o sentido comunitário para a acção social por ela protagonizada, e esta acção não se circunscreve aos que são crentes mas a todos aqueles que estão em redor desta e procurem os seus serviços. Na entrevista concedida pelo dirigente¹⁰ local da Igreja este afirmou:

“Nós como Igreja estamos ciente dos problemas que aqui existem, de falta de escolas suficientes para os nossos filhos, os centros de saúde localizam-se distantes e há também o problema da fome. A Igreja organiza-se para apoiar as populações, e antes de implementarmos um determinado programa reunimos com a própria comunidade para

⁹ Entrevista com o secretário do bairro, no dia 9/04/2003

¹⁰ Entrevista com o pastor local, Ângelo Nhantsave no dia 11/04/2003

ouvir a sua sensibilidade sobre aquilo que pretendemos implantar. A título de exemplo, agora temos um projecto que visa a abertura de furos de água, e estes antes de serem abertos reunimos com elas para poderem oferecer a sua força e mais ideias para a sua abertura. Sabemos que elas têm problemas de água e que percorrem distâncias para obterem este precioso liquido, mas há que primeiro reunirmos com a população e a própria comunidade para estudarmos em conjunto a sua implantação.”

Afinal de contas, o que é que a Igreja Metodista protagoniza aqui em Cambine? Evangelização ou assistência, ou ainda acção social?

Os dirigentes desta Igreja na localidade afirmam que em Cambine há em geral uma luta contra a pobreza absoluta. A actividade de envagelização tem que ser complementada por obras sociais. Ao longo das entrevistas notamos nas respostas que davam, que a Igreja sempre teve esse lado de assistência, apoio, para com os necessitados.

Um dos dirigentes¹¹ locais da Igreja afirmou:

“Nós sabemos que o principal papel da Igreja é a evangelização, mas esta evangelização está a ocorrer ou ser feita no meio de pessoas carentes. Nesse sentido ela sente-se na obrigação moral de criar algumas alternativas de sobrevivência tanto aos crentes e aos não crentes. Estamos também convictos de que o nosso trabalho de evangelização só terá progressos se lutarmos com os carentes, com os pobres. A Igreja está neste momento a ajudar bastante. A Igreja Metodista dispõe de escolas, hospital, projectos agro-pecuários que servem a sociedade em geral. Temos aqui na missão escola de artes e ofícios e 90% das pessoas que procuram estes serviços são de fora desta Igreja. A Igreja Metodista não está somente preocupada com o bem estar social dos crentes mas dos cidadãos em geral.”

Outro aspecto salientado nas entrevistas é o facto da Igreja preocupar-se também em consciencializar as pessoas sobre aspectos relacionados com os seus direitos como

¹¹ Entrevista com Moisés Gujamo no dia 10/04/2003, pastor e director da Escola Secundária de Cambine

cidadãos e sobre os problemas que o país atravessa em geral. Ela serve até certo ponto como um meio de informação para os desprovidos.

A propósito desta questão um crente¹² desta congregação por nós entrevistado salientou o seguinte:

“ Eu nasci e cresci nesta Igreja e ainda estou nesta Igreja e vejo que ela forma o homem em todos os sentidos, ela visualiza-nos sobre aquilo que também acontece por fora. Por isso ela tem muita fama aqui em Cambine. Ela é muito importante por exemplo para um pobre como eu.

Ela por exemplo não nos ensina política, mas ensina-nos qual é o nosso papel em eventos nacionais como são as eleições. A Igreja tem nos apelado para participarmos em massa nas eleições ou mesmo quando é o período de recenseamento eleitoral. Ela está mesmo preocupada com os problemas da sociedade em geral. Lembro-me que quando são eleições as estruturas locais têm distribuído o material de educação cívica e utiliza a nossa Igreja como o veículo de distribuição dos materiais. E quando é a Igreja a distribuir ou a falar sobre a importância do recenseamento ou votação as pessoas ouvem e acatam aquilo que a Igreja diz porque sabem que ela é idónea.”

Sobre o aspecto da participação da Igreja nos eventos de carácter nacional ou mesmo para os problemas que afectam a população em geral, como é o caso de HIV/SIDA, o nosso grupo de entrevistados foi unânime nas suas declarações. A maioria deles salientou que a Igreja tem uma boa coordenação com as autoridades locais e que as estruturas locais sempre contam com o apoio da Igreja Metodista quando são eventos como eleições, informação às populações sobre o perigo de HIV/SIDA. Há por exemplo nesta localidade uma sensibilização sobre os problemas da pandemia de HIV/SIDA e a Igreja localmente sensibiliza ou educa tanto os crentes e os não crentes a tomarem comportamentos certos e evitar a contaminação da mesma.

¹² Entrevista com Tonela Zeferino no dia 10/04/2003, crente e estudante na escola teológica de Cambine

Um aspecto muito interessante e que mereceu a nossa atenção ao longo deste trabalho de campo é que a Igreja sensibiliza a sociedade a precaver-se sobre esta doença, mas não incentiva as pessoas ou a comunidade a usar o preservativo. A justificação dada é que a Igreja é pela fidelidade e abstinência. Falar do preservativo na Igreja seria entendido como promover a prostituição, contrária ao ideal da Igreja cristã.

Ficamos também a saber que a Igreja sente-se culpada por ter se mantido no silêncio durante muito tempo no que concerne a esta doença. No curso teológico ministrado por esta Igreja, foi introduzida uma cadeira curricular relacionada com a HIV/SIDA como forma de dotar de conhecimentos relacionados com a doença aos futuros pastores para melhor enquadrar esta temática nas suas comunidades.

Uma outra categoria de entrevistados que trazemos aqui é o da comunidade não religiosa. Para esta, as entrevistas efectuadas demonstram na sua maioria que a Igreja nesta localidade não se preocupa exclusivamente em ganhar mais crentes ou evangelizar mais pessoas. Os entrevistados são unânimes em demonstrar o papel social que esta tem ao nível da comunidade. Para a maioria dos entrevistados neste grupo, a Igreja Metodista procura dar resposta aos demasiados problemas que a comunidade atravessa.

A seguir apresentamos o conjunto de projectos de desenvolvimento que a IMUM realiza em Cambine:

a) Projecto água viva

Este projecto segundo aquilo que nos foi facultado, é a continuidade da acção missionária que visava a construção de uma barragem que fornecesse a localidade em água e energia eléctrica. A barragem foi construída, mas depois da independência ela ficou sem nenhuma assistência técnica devido a razões financeiras e consequentemente a localidade ficou sem água e energia eléctrica.

Como solução as autoridades da Igreja criaram uma parceria com a Conferência Anual¹³ do Estado de Missouri nos EUA. Numa fase inicial, este projecto abriu no ano de 1990 furos de água que não tinham nenhuma estrutura técnica, designados localmente “*poços abertos*” afirmou um dos nossos entrevistados¹⁴. A segunda fase que começou no mesmo ano, consiste na construção de furos de água mecanizados e a terceira na reabilitação da barragem que actualmente fornece água à missão da Igreja.

Este projecto como tivemos oportunidade de saber, não se circunscreve apenas a Cambine, ele também é extensivo a outras zonas rurais, especialmente naquelas onde há escassez da água. Fomos também informados de que existe a intenção de implantar o projecto a nível nacional abrangendo, actualmente as partes sul e centro do país.

No âmbito das cheias que abalaram o país no ano de 2000, o mesmo entrevistado sublinhou que o projecto teve que alargar o leque dos serviços que prestava. A partir do ano 2000 passou a construir casas para os afectados pelas cheias, e outros.

Pelos resultados alcançados, pensa-se em institucionalizar o projecto numa empresa que irá dar continuidade ao fornecimento da água.

Impacto do projecto na comunidade

Um facto apreendido por nós durante a nossa recolha de informações é que as comunidades criam expectativas e têm percepções particulares em torno de intervenções que terão algum impacto na sua vida.

No geral, nota-se uma certa animação da comunidade quanto a este projecto porque traz-lhes água que anteriormente era de difícil acesso. Anteriormente as pessoas percorriam

¹³ Conferência Anual refere-se ao órgão da Igreja que dirige os seus destinos, e que pode ser a nível distrital, provincial, etc. Neste caso particular está-se a falar da Conferência Anual do Estado de Missouri nos Estados Unidos de América, onde a Igreja Metodista Unida em Moçambique tem uma parceria e financiam o denominado projecto água viva.

¹⁴ Entrevista com Manuel Éden Venâncio Lallane, oficial do projecto.

longas distâncias para obter este líquido, sem que muitas das vezes a qualidade do mesmo fosse das melhores o que os tornava vulneráveis às doenças.

Cambine possui actualmente um número de 8 furos de água deste projecto, mas a sua implantação seguiu critérios que não satisfazem um certo número de habitantes porque, segundo estes, os furos beneficiam fundamentalmente aqueles que vivem perto deles.

No nosso ponto de vista, esta insatisfação está aliada ao facto desta área ser essencialmente agrícola e os seus habitantes maioritariamente camponeses, depender da sua produção nas machambas. Neste sentido, havendo aqueles que beneficiam da água sem nenhuma dificuldade, há uma facilidade para o regadio das suas machambas e não precisam de esperar o ciclo normal das chuvas mesmo quando tenham que carregar a água em latas. A produção e produtividade é maior nas suas machambas, comparativamente àqueles que têm de esperar pelas chuvas.

Para este conjunto de habitantes que beneficiam directamente do projecto, há uma preocupação de mecanização dos próprios furos de água, para o regadio das suas machambas. A animação quanto ao projecto é principalmente deste grupo de habitantes e são esses que se auto-mobilizam para conservar e limpar a área em que o poço está implantado. Contribuem ainda com valores monetários para pagar o indivíduo escolhido para guardar o furo de água.

Um dos entrevistados¹⁵ abordado por nós sobre a questão dos poços afirmou: *“esta Igreja consegue mobilizar mesmo nós que não somos seus crentes, isto porque ela tem projectos interessantes e que ajudam-nos bastante, por isso que ela tem muita fama aqui em Cambine. Posso dar o exemplo do projecto de poços que é desta Igreja. Nós beneficiamo-nos dos poços e pagamos um preço simbólico pela sua utilização”*.

De facto, este projecto veio trazer modificações significativas no que concerne a saúde pública, o que é confirmado pelas conversas que tivemos com os agentes da saúde,

¹⁵ Entrevista com senhor José Baptista no dia 12/04/2003

embora estes não tenham dados registados para confirmar esta mudança. A vulnerabilidade a doenças como a diarreia diminuiu com o consumo da água potável do projecto água viva.

b) Projecto de construção de escolas

Este é um outro projecto desenvolvido pela IMUM em Cambine. Segundo as autoridades locais da Igreja este insere-se na resposta do convite do governo às instituições religiosas para que participassem na expansão da rede escolar de todos os subsistemas de ensino no país.

Como ponto de partida, segundo as informações recolhidas, a IMUM considerou a localidade de Cambine como berço do metodismo em Moçambique. Sendo assim, o projecto teve início nesta localidade concretamente na missão desta Igreja.

O projecto começou com a construção de uma Escola Secundária na missão da Igreja no ano de 2000. A construção da Escola terminou no ano 2002 e a sua inauguração foi em 2003. Esta tem 12 salas de aulas e 3 laboratórios de Química, Física e Biologia e instalações administrativas.

Este projecto, como os outros que a IMUM desenvolve é de longo prazo e funciona em regime quadrienal. Terminados os quatro anos da execução das actividades planificadas o doador avalia o projecto para a sua renovação, podendo ser continuado o anterior ou iniciado um outro, segundo as necessidades.

Este mesmo projecto reabilitou o hospital da missão que presta serviços à comunidade no seu todo. Este projecto procura também uma implantação a nível nacional. Este actua na província de Maputo onde já construiu uma Escola Secundária em Malhazine no distrito urbano número 4. Na província de Tete construiu também uma Escola Secundária.

Na Escola Secundária de Cambine, como constatamos durante o nosso trabalho de campo existe ainda um centro de treinamento de mulheres que oferece cursos de corte, costura e culinária.

No âmbito do mesmo projecto, o doador que é a Conferência Anual do Estado de Alabama nos EUA convidou uma organização denominada ALFALIT (alfabetização e literatura) para ministrar a alfabetização das comunidades rurais iletradas.

Na vertente da acção social esta organização oferece gratuitamente às comunidades visadas pelo projecto incluindo a própria localidade de Cambine, livros de ensino. A organização actua também na área de saúde pública com maior incidência na prevenção e combate a HIV/SIDA, adiantaram alguns entrevistados por nós contactados.

O mesmo projecto está no presente momento a planificar a abertura na localidade duma instituição do ensino superior e é dentro deste espírito de construção de uma Universidade que há uma parceria entre Moçambique-Brasil e o Estado de Alabama nos EUA.

Impacto do projecto na comunidade

O projecto de construção de escolas teve o seu maior impacto no ano de 2000, quando começou a construção da Escola Secundária de Cambine. A população, para além de ter dado as suas ideias depois de ter sido consultada sobre a construção da Escola, participou na sua própria construção mobilizando-se sozinha em troca dos benefícios que teria com a construção duma Escola Secundária que antes nunca existira na missão e nas proximidades.

A comunidade local contribuiu na sua construção com a sua mão-de-obra.

Os pedreiros e carpinteiros ofereceram-se voluntariamente nos trabalhos e quem não tinha outra especialidade cartou a água necessária.

Uma jovem¹⁶ por nós contactado durante as entrevistas referiu-se nos seguintes termos em relação ao projecto Escola: *“quanto á educação, esta beneficia-nos bastante porque já não percorremos longas distâncias a procura de escolas para matricularmos. Lembrome a ginástica que se fazia antigamente para poder-se concluir o nível médio, mas agora temos aqui perto uma escola que já lecciona até ao nível médio. Isto é para nós um grande progresso que se deve a Igreja Metodista em particular. Era um sonho mas agora já é uma realidade ter nível médio aqui em Cambine”*.

As declarações feitas por esta jovem dão o espelho daquilo que se verificava em Cambine antes da construção da Escola Secundária. Jovens como ela foram absorvidos por esta Escola, evitando deste modo deslocações para as cidades onde poderia frequentar o segundo ciclo. Esta Escola é uma importante mais-valia, porque passa já a absorver alunos rurais sem recursos financeiros para se deslocarem às cidades.

c) Projecto de fomento agro-pecuário

Este projecto é essencialmente da Escola profissional, que se designava antes como Escola de artes e ofícios. Das informações recolhidas, os alunos desta escola desenvolvem na cadeira de agricultura actividades práticas que têm um impacto fora da própria missão em que a Escola está inserida.

Os alunos têm uma criação de animais e praticam também actividades agrícolas na zona sequeira e baixa. A produção beneficia primeiro os próprios alunos do projecto, os alunos interno das Escolas profissionais e Secundária de Cambine. Este projecto abastece também o centro escolar e a população da comunidade. Os rendimentos são para o benefício dos alunos que estão no projecto.

O doador deste projecto é a Conferência Anual do Estado de Virginia nos EUA.

¹⁶ Entrevista com Serrafina Mazive no dia 13/04/2003



Cabe referir que muita mão-de-obra necessária nos projectos de “água viva e construção de Escolas” é recrutada nesta Escola, minimizando deste modo à Igreja os custos que iria acarretar com a contratação de mão-de-obra para a realização do conjunto de actividades.

Impacto do projecto na comunidade

Este projecto, embora tenha sido traçado com o objectivo de habilitar os alunos a terem uma capacidade de se alimentarem com a sua própria produção, tem um impacto positivo para a comunidade no seu todo.

A população vê com agrado este projecto e há uma tendência de cooperativização entre a Comunidade e a própria Escola no trabalho agro-pecuário, o que “obriga” a Igreja e outras ONG’s a apoiarem a população e os alunos na aquisição de equipamentos que garantam a criação de micro-empresas.

O projecto tem um impacto muito grande nesta localidade. Impacto esse que pensamos advir do facto destas populações dependerem essencialmente das actividades agrícolas.

Segundo o constatado no local, a escola profissional, responsável do projecto é um dos serviços mais procurados tanto pelos crentes como pela população em geral. Aliamos esta procura ao facto dela habilitar as comunidades com um saber prático que tem utilidade directa na subsistência ou mesmo no exercício de uma determinada profissão.

Esta escola facilita ainda a existência de mão-de-obra qualificada ao nível da comunidade para actividades como o fabrico de latas de água, entre outros.

Resumindo e adaptando a classificação feita por Pretty et al, sobre a Participação Comunitária temos os seguintes quadros sínteses para os 3 projectos protagonizados pela IMUM em Cambine:

Projectos água viva e construção de escolas

	Não parti Cipam	Participação passiva	Participação como forne cimento de Informações	Participação Consultiva	Participação por incentivos Materiais	Participação funcional	Participação interactiva	Auto- mobi lização
Definição de objectivos e Prioridades				*				
Planificação		*						
Execução						*		
Manutenção								*
Controlo finan- Ceiro	*							

Projecto de fomento agro-pecuário

	Não parti Cipam	Participação Passiva	Participação como forne cimento de Informações	Participação consultiva	Participação por incentivos materiais	Participação funcional	Participação interactiva	Auto- mobi lização
Definição de objectivos e Prioridades				*				
Planificação				*				
Execução						*		
Manutenção						*		
Controlo finan- Ceiro	*							

As tabelas acima demonstram que no conjunto dos 3 projectos, a comunidade é consultada sobre a definição dos objectivos e prioridades.

Nos projectos de água viva e construção de Escolas, a comunidade é informada sobre a planificação dos projectos embora não tenha nenhuma actividade específica na planificação dos mesmos. Na execução destes dois projectos, a comunidade participa em conjunto com a orientação da Igreja.

A manutenção dos projectos conta com a participação dos dois intervenientes que são a comunidade e a própria Igreja.

No controle financeiro dos dois projectos a comunidade não tem nenhuma participação, dado que os fundos para a implementação destes é doado e não se presta contas à comunidade sobre os montantes gastos para a sua implementação.

No projecto de fomento agro-pecuário, que é da Escola profissional, a comunidade escolar é consultada na definição dos objectivos e planificação do projecto.

Na execução e manutenção do projecto os dois intervenientes, que são a Igreja e a própria comunidade da Escola profissional, participam no processo.

No controle financeiro do projecto no seu todo a comunidade escolar não participa, porque ele é uma doação, embora beneficie-se dos rendimentos que as actividades do projecto proporcionam.

Nestes projectos, embora encontremos discrepâncias na distinção dos tipos de participação feita por Pretty *et al*, adaptando-os à distinção feita por Oakley, os 3 projectos enquadram-se na *participação como fim*. Os projectos são a longo prazo e a participação se desdobra todo o tempo e têm como objectivo a capacitação da comunidade a jogar um papel crescente nas actividades planificadas.

CAPITULO V

Conclusões

As Igrejas em Moçambique são espaços sociais que jogam um papel de relevo na vida da população, principalmente nas áreas rurais. Depois de um período de retracção originada pelo próprio Estado moçambicano, que se declarou como laico depois da independência, elas voltam na actualidade a ter uma influência significativa na vida pública.

Em Moçambique, a guerra civil, as calamidades naturais e a abertura política que se verificou a partir da década 90 permitiram que as Igrejas demonstrassem o seu papel social, tanto na vertente humanitária, como nos serviços sociais e projectos concretos de desenvolvimento. As Igrejas demonstraram também a sua importância para a cooptação de acordos com o mundo ocidental por parte de um Estado que se revelava fragilizado e não conseguia estender o bem estar social para a maioria dos cidadãos.

O trabalho procura também ressaltar o facto de a pobreza absoluta que atinge mais de metade da população moçambicana constituir um entrave muito grande na vida da população, principalmente nas zonas rurais onde se encontra o maior número de pobres em Moçambique. Este nível de pobreza alia-se também às estratégias adoptadas para o desenvolvimento rural no passado, que demonstraram ser ineficazes porque eram traçadas de cima para baixo sem ter em conta o grupo alvo, isto é, elas não tinham no seu conteúdo a abordagem participativa que incluísse a Sociedade Civil na resolução dos seus problemas.

O cenário de abertura política em Moçambique permitiu que a solidariedade não fosse apenas realizada pelo Estado, mas sim por novos grupos da Sociedade Civil. Este é o caso que se verifica actualmente nas zonas rurais onde as ONG's, instituições religiosas e outros grupos, à margem do Estado, capacitam as comunidades para um bem comum.

A localidade de Cambine demonstra esta experiência, onde a Igreja Metodista Unida oferece serviços sociais criando um espírito comunitário nas suas acções complementando assim aquilo que é o papel do Estado.

As actividades realizadas por esta Igreja, a participação que esta tem na vida da comunidade local através dos serviços sociais e projectos de desenvolvimento leva-nos a afirmar que ela se constitui como um actor essencial no processo de desenvolvimento local.

Esta Igreja, com base nas doações externas e com fundos obtidos localmente através das suas actividades oferece serviços sociais à comunidade e capacita-a para a melhoria da sua própria situação.

Hoje, as Igrejas colmatam as lacunas deixadas pela incapacidade do Estado em estender o bem estar social para os cidadãos. Os projectos de desenvolvimento, apoio às comunidades desfavorecidas e outras obras sociais vem demonstrar que a Igreja volta a ter um impacto muito grande na vida pública.

BIBLIOGRAFIA

ADAM, Yussuf, (www.sas.upnn.edu/african-studies/newsletters/notmoc75.html/cached, 14/08/03), 1996

ANA, Julio de Santa ,(1985), *A Igreja dos Pobres*, Imprensa Metodista, São Bernardo do Campo, São Paulo

ASSEFA, Hizkias & George WACHIRA (1996), *Peacemaking and Democratization in Africa: Theoretical Perspectives and Churches initiatives*, Nairobi, Kenia

BERNSTEIN, Henry *et al* (1995), *Rural Livelihoods, Crises and Responses*, Oxford University, London

BOURDILLON, M. (1991), *Religion and Society: A Text for Africa*, Mambo Press, Zimbabwe

BURITY, (s/d) Joanildo A. (w.w.w.Fundaj.gov.br/docs/text/Jburity08.doc. 14.08.2003), *Redes Sociais e o Lugar da Religião no Enfrentamento de Situações de Pobreza: Um Acercamento Preliminar*

CHABAL, P. (1994), *Power in Africa: an essay on political interpretation*, St. Martin, New York

CHAMANGO, Simão (1982), *A chegada do Evangelho em Moçambique*, Mimeo, Maputo

CHAMBERS, Robert (1983), *Desenvolvimento Rural: Fazer dos Últimos os Primeiros*, Adra, Angola

CHILUNDO, Arlindo *et al* (1993), *História de Moçambique, Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*, 2º volume, livraria universitária, UEM, Maputo

COMISSÃO EUROPEIA (2004), *Moçambique, Reconstruir uma nação africana, 20 anos da cooperação Moçambique*

DAHRENDORF, Ralf (1995), *A Quadratura do Círculo*, Edições 70, Lisboa

DURKHEIM, Émile (1989), *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, Edições Paulinas, São Paulo

FERRAROTI, F. *Et al* (1990), *Sociologia da Religião*, Edições Paulinas, São Paulo

FERREIRA, Luciano da Costa (1987), *Igreja Ministerial em Moçambique: Caminhos de Hoje e de Amanhã*,

FERREIRA, Luciano da Costa (1993), *Igreja Católica em Moçambique: Que Caminho? Avaliação e Perspectivas Teórico-Pastorais*, Edições Paulistas, Maputo

FERRINHO, Homero (1978), *Cooperativas e Desenvolvimento Rural*, clássica editora, Lisboa

HANLON, Joseph (1997), *Paz sem Benefício, como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique*, CEA-UEM

HAYNES, Jeff (1996), *Religion and Politics in Africa*, East african Educational Publishers, Zed Book, London

IMUM (1990), *Relatório Oficial da Conferência Anual da Igreja Metodista Unida em Moçambique, Cem anos, pregando por palavras e obras*, 37ª edição

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1999), *II recenseamento da população e habitação: resultados definitivos*, Maputo

KISY, Benjamin (1910), *Manual de agricultura para evangelista*, Inhambane, IMUM

LUNDIN, Iraê Baptista, *Uma leitura analítica sobre os espaços sociais que Moçambique abriu para acolher e cultivar a paz* in Mazula (2002), *Moçambique, 10 anos de Paz*, CEDE, Maputo, Pp.: 96-139

MAIR, Lucy (1984), *Anthropology and Development*, Macmillan press, London

MARRIME, Benedito (2002), *Sessenta anos de História-1940 a 2000*, Arquidiocese do Maputo

MAZULA, Brazão, (1995), *Moçambique, Eleições, Democracia e Desenvolvimento*, Maputo,

NETO, Augusto & Sebastião GARCIA, (1987), *Desenvolvimento Comunitário, princípios para acção*, Bloch editores, Rio de Janeiro

O'DEA, Thomas F. (1966), *Sociologia da Religião*, livraria pioneira editora, São Paulo

O'NEILL, Brian (1988), *Entre a sociologia rural e antropologia: repensando a "Comunidade" camponesa*, volume XXIV (103-104) edições afrontamento, Porto

OPPENHEIMER, Jochem et Luís FRANCISCO (1998), *Economia e Estudos de Desenvolvimento: Desenvolvimento Económico e Democracia política no Contexto do Ajustamento Estrutural em África*, ISEG, Lisboa,

PNUD, (2000), *Mozambique, United Nations System Common Country Assesment*, November 2000

RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO (1997), PNUD, Trinova editora, Lisboa.

SANTOS, Boaventura Sousa, (1998), "*As Novas Solidariedades*", Visão nº 256.

SILVA, Teresa Cruz e (1992), *Igrejas Protestantes no Sul de Moçambique e Nacionalismo: O Caso da Missão Suíça, (1940-1974)*, Estudos moçambicanos, nº 10, CEA-UEM, Maputo

SILVA, Teresa Cruz e (2002), *Entre a Exclusão Social e o Exercício da Cidadania: Igrejas "Zione" do Bairro Luís Cabral, na Cidade de Maputo*, Estudos moçambicanos, nº19, CEA-UEM, Maputo

VALÁ, Salim (1997), *Desenvolvimento Rural e a Perspectiva do Género: Reflexões Pertinentes*, in Domingo, nº821, 19.10.1997, Pp. :9

VALÁ, Salim (1998), *Os Imperativos da Participação Comunitária no Desenvolvimento Rural*, in: Domingo, nº 833, 11.01.1998, Pp.: 18

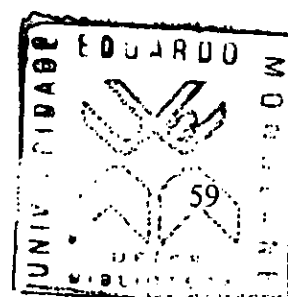
VALÁ, Salim (2002), *Desenvolvimento Comunitário, Participação e "Empowerment" em Moçambique (1987-2002): Percepções, Realidade e Perspectivas num Contexto de Mudança*

VIJFHUIZEN, Carin & Eunice CAVANE (2001), *Aprendendo a entender os aspectos do Desenvolvimento: Estudos de trabalho de diploma a nível de licenciatura e mestrado*, FAEF, UEM

WEBER, Max (1996), *A ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, 10ª edição, são Paulo

YANEZ-CASAL, Adolfo (1988), *Discurso Socialista e Camponeses africanos: Legitimação Política-Ideológica da Socialização Rural em Moçambique (FRELIMO, 1965-1984)*,

YANEZ-CASAL, Adolfo (1996), *Antropologia e Desenvolvimento: as aldeias comunais em Moçambique*, Lisboa, ICT



Anexos

Lista dos entrevistados em Cambine

	Nome	Idade	Residência	Profissão	Habilit.
1	Abiguel Domingos	57	Macaringa de Baixo	Camponesa	3 ^a
2	Alfredo Cuco	43	Macaringa de Baixo	Pastor	12 ^a
3	André A. Mucambe	53	Macaringa de Baixo	Dactilógrafo	10 ^a
4	Ângelo Nhantsave	65	Cambine/ Missão	Pastor	6 ^a
5	Carlota da Conceição	43	Macaringa de Baixo	Professora	12 ^a
6	Deodoné Macariano	29	Cambine/ Missão	Engenheiro agrônomo	licenciado
7	Edson Cossa	16	Cambine/ Missão	Estudante	6 ^a
8	Elisa Fernando	42	Cambine/Missão	Dactilógrafa	12 ^a
9	Ernestina Pacule	33	Macaringa de Baixo	Enfermeira	12 ^a
10	Feliciano Abel	32	Macaringa de Baixo	Pedreiro	4 ^a
11	Hortência de Jesus	18	Macaringa de Baixo	Estudante	8 ^a
12	Januário Dique	43	Macaringa de Baixo	Dactilógrafo	6 ^a
13	José Baptista	60	Macaringa de Baixo	Alfaiate	7 ^a
14	José Mapsanganhe	50	Cambine/ Missão	Superintendente	12 ^a
15	José Mascarenhas	55	Macaringa de Baixo	Camponês	3 ^a
16	Jordão Mucambe	41	Macaringa de Baixo	Serralheiro	7 ^a
17	Justino Cumbe	47	Macaringa de Baixo	Professor	10 ^a
18	Laura Alexandre	32	Macaringa de Baixo	Camponesa	3 ^a
19	Madalena Ndongo	24	Cambine/ Missão	Estudante	8 ^a
20	Moisés Gujamo	45	Cambine/ Missão	Professor	Licenciado

21	Manuel Éden Lallane	44	Maputo/Matola	Oficial do projecto: Água Viva	12 ^a
22	Maria Banze	47	Macarringa de Baixo	Operária	4 ^a
23	Mauricio Chichava	31	Cambine/ Missão	Pastor	12 ^a
24	Roberto Chivambo	29	Cambine/ Missão	Carpinteiro	4 ^a
25	Rute Mucambe	57	Cambine/ Missão	Camponesa	2 ^a
26	Sebastião Balate	56	Macarringa de Baixo	Secretário da localidade: Cambine	4 ^a
27	Serrafina Mazive	21	Macarringa de Baixo	Estudante	7 ^a
28	Tonela Zeferino	28	Cambine/ Missão	Estudante	10 ^a
29	Veloso Macamo	31	Cambine/Missão	Professor	9 ^a
30	Zulmira Gustavo	26	Cambine/ Missão	Estudante	10 ^a

Questionário dirigido aos entrevistados

1. Idade
2. Natural de
3. Instrução
4. Papel da IMUM em Cambine
5. Projectos de desenvolvimento da IMUM no local
6. Impacto dos projectos no local
7. Reacção da comunidade aos projectos desenvolvidos
8. Obras de solidariedade da IMUM
9. Relação Igreja e as autoridades locais
10. Atitude concreta tomada pela Igreja no concernente a pandemia de HIV/SIDA
11. Relação entre a evangelização e a acção social protagonizada pela IMUM
12. Quantos projectos a IMUM desenvolve
13. Os parceiros da IMUM para a realização dos projectos
14. Quando é que começaram os projectos

